

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LUCIANE SOARES RIBEIRO

**PERSPECTIVAS DE REASSENTAMENTO E IMPACTOS À POPULAÇÃO
ATINGIDA PELA CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE DO GUAÍBA EM
PORTO ALEGRE/RS**

PORTO ALEGRE

2018

LUCIANE SOARES RIBEIRO

**PERSPECTIVAS DE REASSENTAMENTO E IMPACTOS À POPULAÇÃO
ATINGIDA PELA CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE DO GUAÍBA EM
PORTO ALEGRE/RS**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Doutor Álvaro Luiz Heidrich – Professor do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

PORTO ALEGRE

2018

LUCIANE SOARES RIBEIRO

**PERSPECTIVAS DE REASSENTAMENTO E IMPACTOS À POPULAÇÃO
ATINGIDA PELA CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE DO GUAÍBA EM
PORTO ALEGRE/RS**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovada em 10 de julho de 2018.

Banca Examinadora:

Professor Doutor Álvaro Luiz Heidrich (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Doutor Marcelo Argenta Câmara
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Doutora Tânia Marques Strohaecker
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitor: Jane Fraga Tutikian

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Diretor: André Sampaio Mexias

Vice-Diretor: Nelson Luiz Sambaqui Gruber

Ribeiro, Luciane Soares

Perspectivas de reassentamento e impactos à população atingida pela construção da nova ponte do Guaíba em Porto Alegre/RS. / Luciane Soares Ribeiro. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2018.
[83 f.] il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2018.

Orientador(es): Álvaro Luiz Heidrich

1. Desigualdade Social. 2. Ilha Grande dos Marinheiros. 3. Ponte do Guaíba. 4. Ponte do Guaíba. 5. Segregação Socioespacial. I. Título.

CDU 911.375

Catálogo na Publicação

Biblioteca Instituto de Geociências - UFRGS

Renata Cristina Grun

CRB 10/1113

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus do Vale Av. Bento Gonçalves, 9500 - Porto Alegre - RS - Brasil

CEP: 91501-970 / Caixa Postal: 15001.

Fone: +55 51 3308-6569

E-mail: bibgeo@ufrgs.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha amada mãe, Zita, por acreditar em mim, por me incentivar a lutar pelos meus sonhos e por estar sempre presente em todos os momentos de minha vida.

Ao meu Pai José, meu irmão Leandro e meus sobrinhos Antônio Gentil e Maria Clara, por todo o apoio incondicional.

A minha gata Frajola, companheira nas leituras das madrugadas.

A minha família, pela compreensão e apoio.

Aos colegas/amigos que fiz durante o período do curso.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me possibilitar uma formação gratuita e de qualidade.

Agradeço, especialmente, ao professor Álvaro, não só pela orientação e ensinamentos, mas também pela paciência e competência características de sua postura como profissional.

Agradeço à comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros, por dividir suas histórias de vida comigo.

À Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), pelo acesso ao Programa de Benefícios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo fundamental para a minha permanência no curso de graduação.

Aos professores da graduação, pelo aprendizado e pelas trocas de saberes, sendo profissionais fundamentais para a concretização da tão sonhada formatura.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA/UFRGS), no qual fui bolsista durante boa parte de minha trajetória acadêmica. Agradeço pelo incentivo, compreensão e amizade, em especial aos professores doutores Cláudia Pires e Roberto Verdum e a secretária Alynni Ávila. Agradeço, em especial, ao Raí Nunes dos Santos, Geógrafo e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA/UFRGS), pela elaboração dos mapas para essa monografia.

“Chegou o momento do ilhéu contar a sua vida, as suas alegrias, seus sofrimentos e expectativas.

Este é o momento em que o ilhéu doa para o resto de Porto Alegre a sua maior riqueza – a sua vida, a sua cultura.”

Loir da Silva Figueiró, pescador

RESUMO

O desejo dos sujeitos excluídos do urbano é de pertencer à cidade, um direito que, entretanto, não é igual para todos. Muitos que não possuem condições da obtenção de um lugar na cidade por meio do mercado de terras, para alcançar esse objetivo praticam ocupações periféricas, sem ter a posse formal do terreno, comumente tratadas como irregulares e, em muitas vezes, com infraestruturas urbanas precárias. Apropriam-se do espaço urbano, mais próximos aos centros, pela busca de todas as perspectivas que a cidade traz para a reprodução social. Espaços repletos de desigualdade social, considerados segregados da cidade, cujos sujeitos somente ocuparam por necessidade, seja pelo baixo poder aquisitivo dos salários, ou pelo enorme valor imputado ao terreno urbano, não têm condições de pagar pelos bens e serviços fora dessas áreas. Este estudo tem por objetivo analisar as perspectivas de reassentamento e possíveis impactos sociais, à população residente na parte norte da Ilha Grande dos Marinheiros, atingida pela construção da nova Ponte do Guaíba, no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, bem como identificar os locais destinados ao reassentamento e como serão as novas habitações. E, não menos importante, como será realizado o processo de reassentamento pelos responsáveis do novo empreendimento. Para a obtenção de dados sobre as características da travessia Porto Alegre-Guaíba, da área ocupada e da população atingida pelo novo empreendimento, foi realizada pesquisa documental. Na pesquisa a campo, foi aplicado um questionário com perguntas de múltipla escolha e ao final com questões abertas, com variáveis qualitativas e quantitativas do perfil socioeconômico da comunidade atingida. Também, com a finalidade de dar voz e visibilidade às famílias atingidas saber do processo de reassentamento pela visão de quem está envolvido diretamente, identificando as memórias sobre a formação do espaço ocupado. Pelos resultados pode-se dizer, que os responsáveis pelo empreendimento demonstram não estarem muito interessados na situação que os moradores estão enfrentando com o processo de reassentamento e nem pelas diferentes formas de vida da população atingida.

Palavras-chave: Desigualdade Social, Ilha Grande dos Marinheiros, Ponte do Guaíba, Ocupação Irregular, Segregação Socioespacial.

ABSTRACT

The desire of the excluded subjects of the urban is to belong to the city, which is a right that, however, is not equal for all. People who do not have the conditions to obtain a place in the city through the land market tries to achieve this goal by practicing peripheral occupations, without having the formal land ownership. These occupations are commonly treated as irregular and, often, the occupied places have precarious urban infrastructures. These people take advantage of the urban space, searching for all the perspectives that the city brings to social reproduction. These spaces are full of social inequality and they are also considered segregated from the city, been occupied by subjects for necessity only, which, either by their low purchasing power or by the enormous value imputed to the urban terrain, are unable to pay for goods and services outside these areas. This study aims to analyze the prospects of resettlement and possible social impacts to the resident population in the northern part of Ilha Grande dos Marinheiros, which will be affected by the construction of the new Guaíba Bridge, in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, as well as to identify these resettlement sites; the way how the new housing will look like; and how the resettlement process will be carried out by those which are responsible for the new venture. To obtain data on the characteristics of the Porto Alegre-Guaíba crossing, the occupied area and the population affected by the new project, a documentary research was carried out. In the field research, a multiple-choice questionnaire, with open questions at the end, was made, containing both qualitative and quantitative variables concerning the socioeconomic profile of the affected community. Likewise, this work has the purpose of giving voice and visibility to the affected families, in order both to understand the resettlement process by the vision of who is directly involved and to identify the memories about the formation of occupied space. As a result, it can be said that those which are responsible for the resettlement project are not very much interested in the situation of the residents because of the resettlement process, as well as in the different life forms of the affected population.

Keywords: social inequality, Ilha Grande dos Marinheiros, Guaíba Bridge, irregular land occupation, socio-spatial segregation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Macrozonas do município de Porto Alegre/RS.....	28
Figura 2 - Carta imagem da Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí ..	29
Figura 3 - Atracadouro das barcas Bairro Assunção Porto Alegre 1947	38
Figura 4 - Travessia Engenheiro Régis Bittencourt – a chamada Ponte do Guaíba .	39
Figura 5 - Carta imagem com a proposta da nova Ponte do Guaíba em Porto Alegre, RS.	42
Figura 6 - Obras sobre a Ilha do Pavão e pilares próximos da Ilha Grande dos Marinheiros.....	42
Figura 7 - Simulação 3D da nova Ponte do Guaíba sobre a Ilha dos Marinheiros	43
Figura 8 - Compilação de reportagens sobre as obras da nova ponte na Ilha dos Marinheiros.....	46
Figura 9 - Mapa de localização da Ilha dos Marinheiros	47
Figura 10 - Área da população atingida pela construção da nova Ponte do Guaíba.	48
Figura 11 - Mapa da área prospectada localizada na margem Sul da Ilha Grande...	52
Figura 12 - Unidades Habitacionais prospectadas	53
Figura 13 - Unidades Habitacionais prospectadas	53
Figura 14 - Terreno destinado ao reassentamento na parte sul da Ilha dos Marinheiros	56
Figura 15 - Cavalo no pátio de casa na Ilha Grande dos Marinheiros.....	62

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Encontro de famílias no Santuário Nossa Senhora Aparecida das Águas	34
Fotografia 2- Reunião dos moradores da Ilha dos Marinheiros com a Defensoria Pública e MPF	36
Fotografia 3 - Área do Hotel da Ilha	55
Fotografia 4 - Ocupações irregulares no terreno do reassentamento	55
Fotografia 5 - As obras não iniciaram no terreno destinado ao reassentamento	56
Fotografia 6 - Cadastro do DNIT moradia situada na Rua Nossa Senhora Aparecida	58
Fotografia 7 - Cadastro do DNIT moradia no Beco 18	58
Fotografia 8 - Pilares da nova ponte próximos da terra da Ilha Grande dos Marinheiros	59
Fotografia 9 - Animais no pátio da casa de moradora.....	63
Fotografia 10 - Material coletado no centro de Porto Alegre e reciclado no pátio de moradora	65
Fotografia 11 - Galpão de Reciclagem na Ilha dos Marinheiros.....	65
Fotografia 12 - Caminhão da COOTRAVIPA, chegando no Galpão de reciclagem ..	66
Fotografia 13 - Santuário Nossa Senhora Aparecida das Águas	68
Fotografia 14 - Posto de saúde da Ilha dos Marinheiros	71
Fotografia 15 - Garoto fazendo o pilar da nova ponte de trampolim	72
Fotografia 16 - Quadra esportiva na Ilha dos Marinheiros.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação Crescimento Populacional entre o Bairro Arquipélago a Ilha dos Marinheiros.....	50
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução populacional do Bairro Arquipélago e Ilha dos Marinheiros.....	49
Quadro 2- Ocupação dos Moradores entrevistados na Ilha Grande dos Marinheiros	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação da Ponte Atual com a Nova Ponte do Guaíba	43
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
3 METODOLOGIA	31
4 BREVE HISTÓRICO DA PONTE DO GUAÍBA	38
4.1 Histórico da Ponte do Guaíba	38
4.2 A nova Ponte do Guaíba	40
5 OS SUJEITOS IMPACTADOS PELA NOVA PONTE	47
5.1 Ilha Grande dos Marinheiros	47
5.2 Área prospectada para o reassentamento	52
5.3 Voz e visibilidade aos cidadãos.....	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, possui uma população de 1.409,351 habitantes segundo dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). É conhecida pela qualidade de vida elevada, mas também é constituída por desigualdade socioespacial. Com o processo de urbanização, iniciado no Brasil e em Porto Alegre, ao longo do século XX, a capital do Estado do Rio Grande do Sul “recebeu fortes investimentos em eletricidade, iluminação pública, rede de esgoto, [...]” (MULLER; MOROSO, 2013). Porém, com a urbanização e com o desenvolvimento econômico não significou alcançar com isso uma igualdade na distribuição de renda entre os seus habitantes. Mas sim, a intensificação dos processos de desigualdade social em Porto Alegre. A seguir será elencado de forma cronológica e resumida a dinâmica socioespacial desta cidade, com destaque para o problema aqui discutido.

A região onde hoje está localizada Porto Alegre era habitada pelo homem desde pelo menos 9.000 anos antes do presente, marcada por diversas e sucessivas populações. Sendo habitada por povos indígenas antes mesmo da chegada dos casais portugueses açorianos em 1752 trazidos por meio do Tratado de Madri. A região de Porto Alegre também foi habitada, a partir do século XVIII pelo povo negro africano que chegou ao país ainda no século XVII. E, que através do tráfico intraprovincial, o povo negro africano ou descendentes de negros africanos chegaram na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, contribuindo de forma relevante para a construção econômica e cultural não somente da Província, mas também da região de Porto Alegre. Logo, o desenvolvimento econômico da região foi anterior ao início da chegada dos imigrantes europeus no país no século XIX.

Porto Alegre estabeleceu-se como cidade apenas no século XVIII, sendo fundada em 26 de março de 1772 (FEE, 2017). O Censo de 1814 registra que a cidade de Porto Alegre contava com uma população total de um pouco mais de 6 mil habitantes. Sendo que a população negra era maior que a população branca, atingindo um percentual de 47,4% de negros contra um percentual de 44,9% de brancos.

Em 1820 a população chegou a 10.000 habitantes, o que se associa ao crescimento na produção de trigo, que alavancou o desenvolvimento da economia no local.

No início do século XX com o desenvolvimento econômico impulsionado pela chegada e instalação de grandes indústrias, acelerou o crescimento populacional. Em 1910 a população chegou a 110.000 habitantes e, em 1940, atingiu a marca 272.232 habitantes (FEE, 2017). Logo, para um melhor planejamento urbano em Porto Alegre teve início a elaboração do primeiro “Plano Diretor”, conhecido como Plano Geral de Melhoramentos (1914)¹, no qual se regulamentavam ações ditas de “higienização” da cidade (MULLER; MOROSO, 2013). Através dessa normatização a população mais pobre presente nas áreas centrais eram removidas dessas áreas do município de Porto Alegre.

As alternativas encontradas por essa população, muitas vezes ignorada pelo Poder Público Municipal eram as ocupações em áreas mais periféricas, sem ter a posse formal do terreno. Obtinham suas casas por meio da autoconstrução² em áreas nas quais não havia infraestrutura adequada, pois pelo baixo poder aquisitivo dos salários não tinham condições de pagar pelos bens e serviços fora dessas áreas.

O Estado que deveria ter o papel de provedor de assentamentos residenciais e de serviços de infraestrutura adequados para todos costumeiramente tratou com negligência essa população mais pobre de igual direito à moradia.

Após a instituição do Plano Geral de Melhoramentos para a cidade de Porto Alegre, em 1914, surgiram ao longo dos anos outros planos os quais visavam sempre aplicar medidas para melhorar o planejamento urbano da cidade.

Em 30 de dezembro de 1959 o Plano chamado “Expediente Urbano de Porto Alegre”, era uma completa radiografia da cidade, sendo transformado em lei no mesmo ano, (Lei 2046/59).

Em 1979 foi instituído o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que por seu caráter normativo pressupunha e propunha que a cidade real estivesse submetida a um processo racional de tipo tecnocrático-burocrático (MORAES, 2007). Pela primeira vez o planejamento atingiu toda a área municipal, definindo-se as zonas:

¹ Os planejadores da época projetavam na área ocupada por estas pessoas, jardins, praças, parques ou equipamentos como se a terra não estivesse sendo ocupada (MULLER; MOROSO, 2013).

² “Chamamos de autoconstrução o processo de construção da casa (própria ou não) seja apenas pelos seus moradores, seja pelos moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional (pedreiro, encanador, electricista) remunerado”. Ermínia Maricato. Autoconstrução, a Arquitetura Possível. In MARICATO, E. (Org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial, vol.1, 1979, p.71-94.

urbana e rural. Considerando-se o objetivo de regulamentação, pode-se dizer que o Plano Diretor fracassou, contribuindo significativamente para a proliferação da irregularidade fundiária, com a criação de legislação detalhista para novos parcelamentos do solo. Pela lei complementar nº 338, de 12 de janeiro de 1995, deu-se nova redação ao Artigo 49, o qual cria as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS)³ (MORAES, 2007).

Em 24 de dezembro de 1999 foi publicado no Diário Oficial de Porto Alegre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), lei complementar 434/99, entrando em vigor em 27 de março de 2000. A Lei Complementar 434/99 sofreu vários ajustes. As modificações mais profundas foram introduzidas pela lei Complementar nº 646/2010 que revisou o Plano Diretor, com amplo envolvimento de todos os setores da sociedade. O novo texto do PDDUA entrou em vigor no dia 26 de outubro de 2010.

Foram muitas as modificações dos planos diretores, todos com a finalidade de planejamento e gestão eficazes com o intuito de melhorar a organização socioespacial da cidade de Porto Alegre. Porém, os problemas de déficit habitacional, principalmente, por tratar-se da população de média e baixa renda não foram solucionados mesmo com a aplicação desses Planos Diretores. Também, a construção de grandes empreendimentos, em que haja a necessidade de remoção da população, expõe os problemas de déficit habitacional mencionados anteriormente.

Partindo dessa análise, buscamos responder a seguinte questão: como será realizado pelos responsáveis do empreendimento o processo de reassentamento das famílias atingidas pela obra de construção da nova Ponte do Guaíba na Ilha Grande dos Marinheiros?

A nova Ponte do Guaíba será uma forma de deslocamento direto conectando a Zona Norte à Zona Sul da cidade de Porto Alegre/RS através da Terceira Perimetral (SANTOS, 2016). Será construída em substituição da atual ponte, denominada Travessia Régis Bittencourt, mas conhecida popularmente como Ponte do Guaíba. A atual Travessia foi inaugurada em dezembro de 1958, assim como a nova ponte, também está situada na Zona Norte de Porto Alegre/RS.

³ “As AEIS são de grande importância para a possibilidade de regularizar núcleos e vilas irregulares e loteamentos irregulares e clandestinos” [...] MORAES, A. de O. Duas ou três coisas a respeito da regularização fundiária. Porto Alegre: Demhab, 2007, p.11

Para estudar os processos de desigualdade e segregação socioespaciais, esta monografia tem por objetivo analisar às perspectivas de reassentamento e impactos sociais às famílias da Ilha Grande dos Marinheiros, em sua parte norte, as quais serão atingidas pela obra de construção da Nova Ponte do Guaíba, localidade pertencente ao bairro Arquipélago na cidade de Porto Alegre-RS. Residentes na área em que será construído o novo empreendimento, a situação de moradia dessas famílias retrata o descaso do Estado com a população de baixa renda na capital.

Buscou-se saber dos responsáveis pelo empreendimento, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em conjunto com o Consórcio Ponte do Guaíba (formados pelas empresas Queiroz Galvão Engenharia e EGT Engenharia), como funcionará o processo de reassentamento das famílias atingidas. Foram diversas as tentativas de contato com os responsáveis pelo novo empreendimento ao longo da realização deste trabalho, sem obtermos nenhuma resposta das partes consultadas. Logo, tomam-se como fonte de dados todas as informações veiculadas nos meios de comunicação por esses organismos.

Partindo desta realidade, esta monografia tem por objetivos: a) analisar as medidas adotadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e pelo Consórcio Ponte do Guaíba (formados pelas empresas Queiroz Galvão Engenharia e EGT Engenharia), no processo de reassentamento das famílias, comércios e instituições da Ilha Grande dos Marinheiros atingida pela construção da Nova Ponte do Guaíba em Porto Alegre – RS; b) identificar os futuros locais do reassentamento e como serão as novas habitações destinadas à essas famílias, c) prever os possíveis impactos sociais resultantes do processo de reassentamento; d) averiguar as ações previstas para o desenvolvimento socioeconômico dessas famílias, tais como: geração de trabalho e renda; encaminhamento aos serviços públicos de educação, saúde, esporte e lazer, bem como, de uma necessária infraestrutura urbana adequadas à moradia, tais atributos que atendem ao desejo de pertencimento à cidade desses sujeitos.

Tais objetivos intensificam-se pelo fato de que as ocupações foram realizadas para se alcançar exatamente isso, ou seja, “as áreas de ocupação irregular constituem a materialização no espaço das ações de sujeitos que pretendem pertencer à cidade, usufruir de seus atributos” (HEIDRICH; et.al., 2016, p.233).

A expectativa para este trabalho é de que possamos identificar quem são essas famílias que serão impactadas pela obra de construção da segunda Ponte do Guaíba

na Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre/RS. Também, dar voz a essas pessoas que vivem em constante disputa pelo espaço urbano na capital do Estado, sempre negligenciadas pelo Poder Público.

Este trabalho se justifica pela incerteza de informações que assolam a comunidade atingida pela construção da nova Ponte do Guaíba, como por exemplo, quanto aos locais destinados à moradia, e principalmente, de quando serão reassentados. Também, pelas reportagens veiculadas na mídia somente mencionarem a evolução da obra da nova ponte e de sua importância para o desenvolvimento econômico à cidade de Porto Alegre e ao Estado, sem muita referência à população atingida. Situações conflitantes que fizeram aflorar meu interesse por esta temática, motivando-me a dar voz e visibilidade a essas famílias atingidas pelo novo empreendimento na cidade de Porto Alegre/RS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo busca compreender a situação da população que deverá ser reassentada noutra lugar de moradia. O local atual de suas residências na Ilha Grande dos Marinheiros revela-se como um espaço considerado segregado da cidade, em que sua população só ocupou de maneira informal, por necessidade de tudo que a cidade traz de perspectivas para a reprodução social.

A desigualdade socioespacial entre a população advém do fato de não haver “espaço” para todos, dada a valorização capitalista do espaço urbano e grande procura para habitar a cidade e usufruir de possibilidades de trabalho e recursos. Sobram às comunidades de baixa renda as ocupações periféricas, sem ter a posse formal do terreno, comumente tratadas como irregulares, com infraestrutura urbana precária. Segundo o estudo de Aldovan Oliveira de Moraes, essas áreas são denominadas por núcleos ou vilas irregulares e definidas pelo conjunto de moradias em áreas públicas ou privadas, que apresentam problemas de irregularidade fundiária e com deficiências de infraestrutura e serviços urbanos (MORAES, 2007). Pois, nem todo o cidadão tem acesso à moradia na cidade, por meio da aquisição ou aluguel de um imóvel, principalmente pelo alto custo de morar. Proporcionado, principalmente, pelo sistema econômico capitalista, o qual não garante trabalho à toda população. Logo, uma parte dessa população não tem como pagar pelo direito de ocupar o espaço urbano. Como afirma Singer (1979):

A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas, o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, esse funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar uma parcela do solo urbano (SINGER, 1979, p. 33).

Enquanto a população de maior renda, que a partir da nova configuração espacial na cidade, deslocara-se do centro principal⁴ para áreas com novos empreendimentos (residenciais, comércio e de serviços) periféricos (novos centros), cabem moradias com toda a infraestrutura de serviços e equipamentos (transportes e comunicações), de segurança (muros e câmeras de vigilância 24 horas). Já as

⁴ Segundo Maricato, “o centro antigo não morre logo, podendo coexistir e, em alguma medida, competir com o centro novo durante muito tempo.” In: Maricato, Ermínia. Autoconstrução, a Arquitetura Possível. In MARICATO, E. (Org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial, vol.1, 1979, p.30

populações de baixa renda nas ocupações informais nas áreas periféricas da cidade têm realidades bem diferentes de moradia, infraestrutura e de serviços, formando uma nova paisagem de segregação socioespacial na cidade.

Peter Marcuse (2004, p.24) considera que “segregação é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto”. Segundo o mesmo autor, a segregação tanto poderá ser socialmente aceitável, quanto indesejável. Ou seja, “as aglomerações voluntárias, não hierárquicas, podem estar sempre presentes e nem por isso serem indesejáveis”. Exemplo disso seriam as aglomerações voluntárias (aceitável) das populações de maior renda residentes em áreas periféricas, os novos centros, com toda a infraestrutura de serviços e equipamentos, o oposto das aglomerações involuntárias (indesejável) das populações de baixa renda.

No território da comunidade atingida pela construção da nova ponte a segregação involuntária é, também, imposta pelo modo da cidade capitalista, que trata a terra como mercadoria. De acordo com Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1979):

A segregação do território urbano caracteriza a cidade capitalista, sendo provocada, essencialmente, pela manutenção da propriedade privada dessa mercadoria peculiar que é o terreno urbano, como a forma dominante de ocupação de espaço. (BONDUKI; ROLNIK, 1979, p. 146).

Para Lefebvre (2008) a “sociedade pratica a segregação”, pois ao mesmo tempo que a sociedade tenta ser global, “ela projeta a separação para a prática”.

No capítulo “A análise espectral” do livro o “Direito à Cidade”, Henri Lefebvre (2008), expõe o profundo desejo dos sujeitos que vivem na pobreza de participarem do urbano, de serem integrados à cidade:

O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do “urbano”. (LEFEBVRE, 2008, p.102).

Toda a população tem direito à cidade, de estar integrada e participar do urbano, mas o que se registra é um problema político, ou seja, péssima administração e planejamentos ineficientes por parte dos Poderes Públicos nas escalas Municipal, Estadual e Federal. Pois, não suprem o déficit de moradia e como consequência ocorre a exclusão da população de baixa renda da cidade formal. Segundo Lefebvre (2008), a segregação é uma estratégia de classe bem definida, ou seja, adequando

para a realidade dos ilhéus, é um problema político para a população de baixa renda expulsa da cidade:

Quer exista ou não um “sujeito” ao qual possa imputá-lo quer seja o resultado global de uma sequência de ações não combinadas ou efeito de uma vontade, o sentido político da segregação como estratégia de classe é bem claro. Para a classe operária, vítima da segregação, expulsa da cidade tradicional, privada da vida urbana atual ou possível, apresenta-se um problema prático, portanto político. (LEFEBVRE, 2008, p.104).

Para esse trabalho utilizaremos a definição de território de Haesbaert (2008) que entende que o território tanto poderá ter uma conotação material quanto simbólica, ou seja, território tem a ver com “poder no sentido de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

(...) todo o território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional, a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s)(...) (HAESBAERT, 2008, p.21).

O território é movimento, articulação, conflitos, desigualdades e diferenças resultado das múltiplas ações e relações de poder e de apropriação dos sujeitos, é territorialidade.

A partir da análise do território, abordaremos o conceito de territorialidade, em Claude Raffestin (1993), que diz que “a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo [...]” A tríade sociedade-espaco-tempo, é sempre relacional, sendo “constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não” (RAFFESTIN, 1993). A territorialidade é, também “dinâmica”, pois os elementos sujeito e lugar são “suscetíveis de variações no tempo” (RAFFESTIN, 1993).

Sejam relações de vizinhanças ou até mesmo de distanciamento que os indivíduos vivem, “cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade”, a qual se “manifesta em todas as escalas espaciais e sociais”, as quais de certa forma constituem relações de poder. Como define Raffestin (1993) em sua análise sobre territorialidade:

Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças,

acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder. (RAFFESTIN, 1993, p.161-162).

Bem como a ideia (HEIDRICH; HEIDRICH, 2010) de que “As relações que constituem e desfazem os vínculos dos grupos humanos com os territórios são também geradoras de conflitos. Esses processos ocorrem em consequência da implantação de grandes empreendimentos [...]” (HEIDRICH; HEIDRICH, 2010, p.115). Pois, a partir da realização do empreendimento de construção da nova Ponte do Guaíba, o Poder Público, agora Federal, agirá no território da população impactada pela obra. De um lado o Estado, que necessita do espaço para o empreendimento e do outro lado a população que há muitos anos habita o espaço do novo empreendimento, intensificam-se as relações de conflito entre os grupos. A população atingida será reassentada em outro local, desfazendo o vínculo com os espaços de ocupação original. Por espaços ocupados entendemos como a forma como “as sociedades agem sobre o espaço e transformam a natureza com o trabalho” (HEIDRICH; HEIDRICH, 2010). Sendo assim,

Identificamos um território em particular quando em uma determinada área há ocupação por um grupo que o habita, produz um habitat, com características específicas que advêm de uma cultura e de uma forma própria de uso dos recursos existentes. Assim, outro atributo do espaço, quando ele se configura em território, é seu uso coletivo por uma sociedade (HEIDRICH; HEIDRICH, 2010, p.119).

O uso coletivo por uma sociedade “está associado a alguns fatores, como o estágio técnico em que a sociedade se encontra e como ela se organiza internamente em relação às diferenças sociais e ao estabelecimento de normas sociais” (HEIDRICH; HEIDRICH, 2010, p.119).

A população da Ilha Grande dos Marinheiros possui um vínculo de modo continuado de muitos anos com seus territórios. Logo, esses espaços ocupados pelo grupo estão repletos de histórias de convivência e uso. Segundo Heidrich e Heidrich (2010) as pessoas possuem sentimento de pertencimento:

Os vínculos que as sociedades possuem com seus territórios são resultado de uma história. Quando se faz parte de um determinado agrupamento humano, ao mesmo tempo se vivenciam as relações com o espaço ocupado por esse grupo. A permanência numa determinada área de modo continuado e repetido e a compreensão de uma história da qual se participa constroem uma experiência que liga o indivíduo ao grupo e a seu respectivo espaço de

convivência e uso. Isto significa que as pessoas possuem sentimento de pertencimento; os sujeitos que tem origem comum acreditam que faz sentido intervir na sociedade e no território do qual fazem parte (HEIDRICH; HEIDRICH, 2010, p.122).

A situação de precarização de direitos sociais em que se encontra a população atingida pela obra de construção da nova Ponte do Guaíba, demonstra o descaso de anos do Poder Municipal com a população de baixa renda na cidade de Porto Alegre. Em trabalho de campo realizado no território dessa comunidade identificamos as más condições de habitabilidade na grande maioria das moradias, a precarização de serviços de luz, e carência de esgotos pluvial e cloacal, pavimentação, entre outros serviços essenciais.

Até pouco tempo atrás a população da Ilha Grande não tinha acesso aos serviços de rede de abastecimento de água canalizada. Os moradores da Ilha recebiam água através do fornecimento por caminhões pipa, ou a população recolhia água do próprio rio Jacuí e a armazenava nos pátios de casa. A partir de 2008 a população passou a contar com o abastecimento feito pela concessionária, o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), o qual possui a casa de bombas na Ilha da Pintada.

A população da Ilha Grande dos Marinheiros já sofrida com outras remoções e reassentamentos ao longo dos anos na cidade, vive processos de desterritorialização e de reterritorialização. Ou seja, respectivamente, a perda do território e a forma de como a população se estabelece num novo território.

A população da Ilha dos Marinheiros estaria vivendo, também, um processo de desterritorialização enquanto “exclusão socioespacial”. Pois, a desterritorialização além de seus caracteres físico e cultural, ruptura com o território, significa segundo Haesbaert (2002), um processo “de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador”, sendo esse sistema o “principal responsável pela desterritorialização”:

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. Da mesma forma que cada momento histórico tem os seus próprios elementos estruturadores de uma experiência, se não “total”, como nas sociedades holistas, pelo menos “integral” ou “coesa” do espaço, ora de caráter mais concreto, ora mais simbólico, cada contexto tem também os seus próprios agentes básicos de desterritorialização. Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido

por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2002, p.68).

O sentimento de pertencimento, as relações do cotidiano, as cooperações e os conflitos são marcas do vivido que ligam o indivíduo ao lugar, e são identificadas na comunidade da Ilha dos Marinheiros atingida pela construção da segunda Ponte do Guaíba. Pois, segundo Santos (1996, p. 258) “lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano compartilhado (...) – cooperação e conflito são a base da vida em comum.” Os ilhéus compartilham no lugar em que vivem das alegrias, das conquistas, das tristezas, também, dos conflitos. Sempre que alguém da comunidade precisar de alimentos para saciar a sua fome, poderá contar com a ajuda de seus vizinhos, cooperação, e laços de solidariedade muito fortes.

Alinhado com essa perspectiva de análise Eduard Relph (2012) percebe o lugar como “parte de um processo em que o mundo inteiro está de alguma forma implicado”:

Lugar é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco. O que acontece aqui, neste lugar, é parte de um processo em que o mundo inteiro está de alguma forma implicado. Isso é muito existencial e ontológico. Mas é também econômico e social [...] (RELPH, E. In: MARANDOLA; HOLZER; OLIVEIRA, 2012, p.31).

As relações identificadas nos discursos da comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros são de familiaridade, de laços afetivos com o lugar, por ser o lar de muitos anos. Topofilia, conforme define Tuan 1980 em seu estudo

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 1980 p.107).

A ocupação irregular é a apropriação de parcela do solo urbano para construir moradia de maneira informal. A ocupação é uma estratégia de conquista da cidade pelos sujeitos excluídos do urbano. Pois, a permanência nesses locais resulta em melhorias nos serviços públicos. Segundo o estudo de Heidrich et al, 2016:

Com a permanência nesses locais, aos poucos as comunidades logram conquista de melhorias. O abastecimento de água, muitas vezes uma torneira para uma vila inteira e, nos casos mais antigos, diretamente nas moradias, é o serviço mais solicitado. A energia elétrica muitas vezes é capturada diretamente da rede, sem registro. Calçamento e esgotamento sanitário também é comum faltarem. (HEIDRICH, et al, 2016, p.241).

Dessa forma, os sujeitos vão acumulando conquistas, e participando cada vez mais da reprodução social da cidade, pelo fato de “áreas ainda não incorporadas plenamente à cidade vão ganhando a cidade em virtude de uma prática territorial”:

Porém, a escola para os filhos, o transporte público e o encontro de alternativas de trabalho que a localização proporciona, vão se somando ao histórico de conquistas e assim vai se fazendo o diálogo das comunidades ocupantes com a cidade. Isso produz um importante sentido: as áreas ainda não incorporadas plenamente à cidade vão ganhando a cidade em virtude de uma prática territorial. É o fato que enlaça e articula. Numa relação em que ao mesmo tempo há inserção e falta, como um movimento ininterrupto. (HEIDRICH, et al, 2016, p.243).

Alguns exemplos de ocupações irregulares na cidade de Porto Alegre, conforme o estudo de HEIDRICH et al. (2016): Vila Areia, vila irregular que está integrada a um projeto de reurbanização em realização no bairro Farrapos, também, a Vila Icaraí II ocupação iniciada nos primeiros anos da década 1990 por poucas famílias, que viram o lugar como um espaço sobrando, o uso vinha sendo feito para rejeito de calça. A Vila Chocolatão, já removida, foi uma ocupação em área central da cidade, em local vizinho a prédios de instituições públicas, como Tribunal Regional Federal, Receita Federal, Instituto de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre outros. As primeiras ocupações se fizeram em meados dos anos 1980, por pessoas vindas de diferentes locais da cidade e muitas delas, moradores de rua. Já a Vila Minuano é um espaço de ocupação bastante antigo e, pode-se dizer, estável, pois não há processo de intervenção em projeto. Na ocupação conhecida por Invasão (da Restinga), o processo de reassentamento, iniciado em 2011, contribui para fragilizar a relação dos moradores com seu lugar.

As ocupações irregulares tornaram-se práticas recorrentes nas grandes metrópoles, uma maneira da população excluída do urbano de pertencer à cidade. Pela prática territorial das ocupações os sujeitos excluídos da cidade formal vão garantindo pequenas conquistas de melhorias na infraestrutura para a reprodução social.

Porém, não deveriam existir tantas dificuldades para a população de baixa renda em ter direito à moradia, e conseqüentemente melhorias das condições habitacionais, já que na Lei sob o nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, na qual “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo [...]”, consta em seu Capítulo I, da Diretrizes Gerais, Artigo 2º, inciso I a

garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (Brasil. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, p. 17).

Logo, pela Lei nº 10.257 são garantidos os direitos à moradia, saneamento, trabalho, entre outros, para toda a população presente e futura.

Também, no Estatuto da Cidade, em seu Artigo 3º, inciso III, compete à União:

promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (Brasil. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, p. 19).

A comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros só fará parte de programas de construção de novas moradias e, conseqüentemente, melhorias das condições habitacionais, por motivo da construção da nova Ponte do Guaíba na capital. Pois, há tantos anos morando no local, o máximo de melhorias na habitabilidade conquistado pela população foi a implantação da rede de abastecimento de água. É notório que os direitos da população ficam em segundo plano. Só é aplicada a lei do Estatuto da Cidade, no que diz respeito a promover programas de construção de moradia em conjunto, principalmente, quando se tratam da construção de grandes empreendimentos, nos quais há a necessidade de remoção da população atingida.

Com a finalidade de construir o Planejamento Urbano da cidade de forma conjunta, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), Lei Complementar 434/99, atualizada pela lei complementar 646/10, foram construídas ideias e propostas de planejamento do espaço urbano pela Prefeitura de Porto Alegre com um amplo envolvimento de todos os setores da sociedade. Consta no PDDUA, parte I em seu Capítulo VI, Da Produção da Cidade, Artigo 21, Parágrafo único, inciso IV:

da implementação de uma política habitacional para as populações de baixa e média renda, com incentivos e estímulos à produção de habitação (PORTO ALEGRE, 2010).

Assim como o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), também prevê uma política habitacional de regularização fundiária às populações de média e baixa renda na cidade de Porto Alegre-RS. Conforme consta no PDDUA em seu artigo 22 da implementação da política habitacional de interesse social, inciso I “a regularização fundiária e a urbanização

específica dos assentamentos irregulares das populações de baixa renda e sua integração à malha urbana” (PORTO ALEGRE, 2010).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) divide o território municipal em nove Macrozonas⁵ que constituem conjuntos de Unidades de Estruturação Urbana (UEU), as quais possuem características quanto aspectos socioeconômicos, paisagísticos e ambientais (Figura 1). A Ilha Grande dos Marinheiros está inserida na Macrozona 9, denominada de Unidade de Conservação Estadual Parque do Jacuí e Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí (APAEDJ).

Figura 1 - Macrozonas do município de Porto Alegre/RS



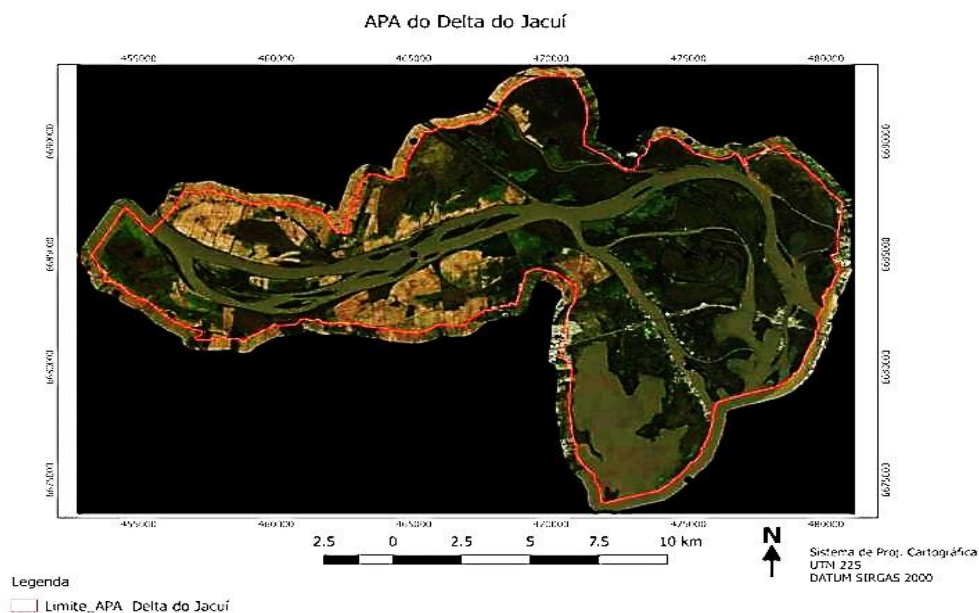
Fonte: PDDUA (2010)

⁵ Macrozona 1-Cidade Radiocêntrica: engloba o território compreendido pelo Centro Histórico e sua extensão até a III Perimetral. Macrozona 2 – Corredor de Desenvolvimento: constitui a área entre a BR-290, a Av. Sertório e a Av. Assis Brasil. Macrozona 3- Cidade Xadrez: compreendida entre a Av. Sertório e a Cidade da Transição no sentido norte-sul e entre a III Perimetral e o limite do Município no sentido oeste-leste. Macrozona 4 – Cidade da Transição: compreendida entre a Cidade Radiocêntrica e a Cidade Jardim. Macrozona 5 – Cidade Jardim. Macrozona 6 – Eixo Lomba-Restinga: estrutura-se ao longo das Estradas João de Oliveira Remião e João Antônio da Silveira. Macrozona 7 – Restinga. Macrozona 8 – Cidade Rururbana: compreendendo os núcleos intensivos de Belém Velho, Belém Novo e Lami, bem como as demais áreas a partir da linha dos morros da Companhia, da Polícia, Teresópolis, Tapera, das Abertas e Ponta Grossa (PORTO ALEGRE,2010, p.43).

Segundo o estudo de Mullich (2011) no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, a Macrozona 9, pertence às Áreas de Ocupação Rarefeita (AORs). Sendo que as Áreas de Ocupação Rarefeitas são áreas com baixa densificação, onde predominam a proteção da flora, fauna e dos elementos naturais, admitindo-se usos científicos, habitacionais, turísticos, de lazer e atividades compatíveis com o desenvolvimento primário.” (MULLICH, 2011).

A Ilha Grande dos Marinheiros conforme Legislação Municipal vigente, pertence à zona de uso restrito e de reserva biológica, pois a área ocupada por essa população atingida pelo novo empreendimento pertence a Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí (APAEDJ) (Figura 2). A Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí (APAEDJ) foi criada em 11 de novembro de 2005, pela Lei n° 12.371, porém, o Plano de Manejo⁶ foi aprovado e homologado⁷ somente em 22 de fevereiro de 2017. A APAEDJ possui uma área de 22.826,39 hectares e está situada nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo e Eldorado do Sul.

Figura 2 - Carta imagem da Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí



Fonte: SEMA (2018)

⁶ Plano de Manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000 do SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Capítulo I, Art.2°, inciso XVII.

⁷ PORTARIA SEMA N° 20, 22 de fevereiro de 2017.

A APAEDJ possui normas estabelecidas pelo sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), área que integra o grupo das Unidades de Uso Sustentável (Legislação Federal). O órgão responsável pela APAEDJ é a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (MULLICH, 2011). As Unidades de Conservação Estaduais são proibidas de qualquer atividade ou empreendimento público ou privado, que danifique ou altere direta ou indiretamente a flora, a fauna, a paisagem natural, os valores culturais e os ecossistemas. A União, o Estado e o Município tem competência de legislar sobre a Ilha Grande dos Marinheiros (MULLICH, 2011).

3 METODOLOGIA

A partir da definição e buscando alcançar os objetivos desta monografia, desenvolvemos o trabalho por dois tipos de levantamentos: a) bibliográficos; b) de campo. Com essas etapas, a seguir descritas, compreendemos sobre a formação dos núcleos habitacionais dos espaços afetados pela construção da nova ponte, sobre ocupação irregular, reassentamento e sobre território e lugar. Também, foi possível saber a situação em que vive a população atingida, as perspectivas de reassentamento, bem como, identificamos os locais e as características das futuras moradias destinadas à essa população.

a) Levantamento Bibliográfico

Pesquisa bibliográfica em livros, em trabalhos na área do estudo, na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e arquivos digitais de jornais sobre o tema.

Para a pesquisa documental teórica foram consultados conceitos como, o direito da população de estar integrada ao urbano, do livro o “Direito à Cidade”, Henri Lefebvre (2008), de território com Álvaro Luiz Heidrich e Bernardete Beschorner Heidrich (2010), também, com Haesbaert (2008) e de territorialidade de Raffestin (1993). Conceitos articulados aos de segregação de Marcuse (2004) e de ocupação irregular de Heidrich, et al (2016).

Pesquisa documental de referência no Plano Diretor Urbano Ambiental (2010), e no Estatuto da Cidade, sob a Lei o nº 10.257, de 10 de julho de 2001, dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) e Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2017). Os estudos de Aldovan Moraes sobre irregularidade e regularização fundiárias: “O Mapa da irregularidade fundiária” (2000), incluindo o livro “Duas ou três coisas a respeito da regularização fundiária” (2007). Foram lidas dissertações de Mestrado com a temática da Ilha Grande dos Marinheiros de Amanda Cristina Bahi de Souza (2014), de Ecléa Pérsigo Morais Mullich (2011), de Mariana Lisboa Pessoa (2014). A monografia sobre as Vilas Tio Zeca e Areia de Rai Nunes dos Santos (2016). Além da dissertação de Mestrado Márcia Ivana da Silva Falcão sobre a liderança das mulheres na ocupação do território e o livro “Introdução à pesquisa qualitativa” de Uwe Flick sobre a técnica de grupo focal como ferramenta importante para a pesquisa.

A partir dessa bibliografia selecionada, fez-se a construção do referencial teórico específico para compreensão da urbanização, reassentamentos e

desigualdades sociais na cidade de Porto Alegre-RS. Processos que implicam nas disputas por territórios entre a máquina estatal, empresas privadas e as comunidades de baixa renda, classes média e alta, gerando uma fragmentação socioespacial. Também coletamos informações e imagens disponíveis no endereço eletrônico do Consórcio Ponte do Guaíba (formados pelas empresas Queiroz Galvão Engenharia e EGT Engenharia).

b) Levantamento de Campo

Através de uma lista de contatos de lideranças da Ilha Grande dos Marinheiros cedida pelo geógrafo Raí Nunes dos Santos, selecionou-se dez nomes de lideranças que pudessem auxiliar nos levantamentos de campo na área de estudo. A partir dessa nova lista de dez nomes entramos em contato com as lideranças para agendar conversa sobre o processo de reassentamento das famílias atingidas. Mesmo com o auxílio da nova lista tivemos dificuldades em conseguir contato e agendar as entrevistas com os moradores da Ilha dos Marinheiros. Algumas das pessoas contatadas disseram que não podiam participar da entrevista e indicaram nomes de outros moradores. Em outros casos as entrevistas agendadas eram desmarcadas.

Neste trabalho tomou-se a liberdade de citar os nomes de algumas pessoas entrevistadas, com a devida autorização delas, pois o objetivo principal dessa pesquisa é dar voz e visibilidade às famílias atingidas pelo novo empreendimento, e não as tratar como de costume somente como números estatísticos.

Contatou-se, por telefone, com Jeannifer e agendou-se o levantamento de campo na Ilha Grande dos Marinheiros para o dia 03 de dezembro de dois mil e dezessete. Em um primeiro contato no dia 03/12/2017 com o território das famílias impactadas pelo novo empreendimento foi feito o reconhecimento dos locais atuais e das futuras moradias. Com anotações no caderno de campo e início das entrevistas com a aplicação de questionário.

Apresentou-se dificuldades quanto ao levantamento de campo ser realizado nos finais de semana. Pois, o contato de liderança na Ilha dos Marinheiros, tinha disponibilidade de auxiliar com o levantamento de campo somente aos finais de semana. O referido contato informou que os conflitos entre facções rivais teriam se agravado, principalmente aos finais de semana. Logo, o mais prudente a fazer seria esperar que os conflitos cessassem para só assim dar continuidade na coleta de dados.

A partir dessa impossibilidade nos finais de semana, optou-se por realizar os levantamentos de campo durante os dias da semana. Logo, contactou-se outros contatos de lideranças e agendou-se o levantamento de campo na Ilha Grande dos Marinheiros com a moradora Sandra para o dia 23/03/18.

Seguindo os nomes de lideranças da lista de contatos, contactou-se com a conselheira do orçamento participativo Liane, que contactou outras moradoras que tiveram disponibilidade para conceder entrevista no dia 04/04/18.

No levantamento de campo do dia 11/04/18 foi apresentado à pesquisadora o grupo “Encontro de famílias” com atividades no Santuário Nossa Senhora Aparecida das Águas. A assistente social Anay administra as reuniões do grupo “Encontro de famílias” na Ilha dos Marinheiros. As reuniões ocorrem todas as segundas e quartas-feiras à tarde. O grupo reúne aproximadamente 40 pessoas da comunidade. No dia em questão, foram feitas atividades manuais as quais envolviam o sentimento de gratidão. Ao final do encontro foi distribuído lanche a todos os participantes do grupo.

O próximo levantamento de campo ocorreu no dia 25/04/18, quando estávamos autorizados pela assistente social Anay a entrevistar os participantes do grupo “Encontro de famílias” (Fotografia 1). Estavam presentes 46 pessoas, a maioria eram mulheres. E não couberam todos os presentes no Santuário Nossa Senhora Aparecida das Águas, ficando uma parte acomodados em cadeiras do lado de fora.

Para a coleta de dados dos levantamentos de campos dos dias 04 e 25 de abril inspirei-me na técnica de grupo focal. Na qual utiliza-se de um roteiro de perguntas para um determinado grupo de pessoas sobre um assunto especificado. Que segundo (Patton, 2002 *apud* Flick, 2009) a entrevista de grupo é definida como:

Uma entrevista tipo grupo focal é uma entrevista com um pequeno grupo de pessoas sobre um tópico específico. Em regra, os grupos são formados por 6 a 8 pessoas que participam da entrevista por um período de 30 minutos a 2 horas (Patton 2002 *apud* Flick, 2009).

A pesquisadora foi apresentada aos grupos e introduzimos algumas informações a respeito da pesquisa realizada aos grupos. Foi solicitado aos grupos que antes de iniciar o depoimento cada pessoa se identificasse. Logo após, lançamos aos grupos os questionamentos listados abaixo, evitando interrupções dos discursos, claro com algumas exceções e observando a reação de todos os participantes.

Em um pouco mais de uma hora foram abordados com os grupos aspectos em relação ao problema que os envolve: Quanto tempo mora na Ilha – Moradia anterior –

Filhos – Informações sobre a remoção – Sentimento com a remoção; De como levam a vida em termos econômicos – quais são as atividades que desempenham; De como eles vivem, contendo os aspectos físicos – como distribuição das casas e as condições ambientais do lugar – a estrutura e condições das moradias e da vila; De como são as relações de vizinhança e organização comunitária; De como percebem o seu viver no lugar – explorando os prazeres, a relação com o meio e os animais, as convivências, o lazer, etc.

E com o processo de reassentamento, seus receios, as estranhezas e novidades: De como se projeta o seu viver – contendo os aspectos físicos – como distribuição das casas e as condições ambientais do lugar – a estrutura e condições das moradias e da nova localidade; De como serão as relações de vizinhança e organização comunitária; De como levarão a vida em termos econômicos – quais são as atividades que desempenham; De como percebem o novo lugar – explorando os prazeres – a relação com o meio e os animais – as convivências, o lazer, etc.

Fotografia 1 - Encontro de famílias no Santuário Nossa Senhora Aparecida das Águas



Fonte: a autora (2018)

Nas reuniões e em todos os encontros da comunidade pesquisada relacionados aos direitos dos cidadãos, é visível a forte participação das mulheres da Ilha Grande dos Marinheiros, mulheres presentes em tudo que diz respeito às lutas pelo direito à moradia. Presença de gênero que foi destacada no trabalho de

dissertação de Márcia Falcão (2017) no qual analisa a ocupação do território Guajuviras, em Canoas/RS tendo as mulheres participantes na constituição do território. Reflete Márcia (2017 p.17) “Certamente, qualquer olhar atento lançado às lutas por moradia via ocupação urbana perceberá a presença intensa e ativa das mulheres em todo o processo”.

No dia 10/05/2018 participamos da reunião convocada pelos moradores e representantes de associações e entidades com a Defensoria Pública da União e a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal PRDC/MPF e logo após, teríamos três entrevistas agendadas.

Estavam presentes na reunião a defensora regional de direitos humanos, Ana Luisa Zago de Moraes e o servidor Gustavo Henrique Schmidt representantes da Defensoria Pública da União; o subprocurador geral da República, Domingos Savio Dresch da Silveira; o advogado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) Cristiano Muller; o representante da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa), Pedro Dias e o Procurador Enrico Rodrigues de Freitas da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal PRDC/MPF (Fotografia 2). O procurador orientou aproximadamente 50 moradores presentes quanto aos seus direitos e relatou estar disposto a manter assegurados os direitos quanto as informações a respeito do processo de reassentamento por parte do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O procurador Enrico ficou de agendar reunião com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e os representantes dos moradores para o dia 24 de maio de 2018. O DNIT cancelou a reunião do dia 24 de maio e foi reagendada para o dia 06 de junho de 2018. Porém, próximo da data marcada o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) cancelou a reunião novamente. Até o término da pesquisa não havia recebido informação de que a reunião entre os representantes dos moradores com o DNIT tivesse sido realizada.

Após participarmos da reunião com a Procuradoria e a Defensoria Pública fomos realizar as entrevistas agendadas. Havíamos agendado entrevistas com as moradoras Patrícia, Luana e Janaína. Porém, apenas a moradora Janaína compareceu e concedeu a entrevista. A moradora Patrícia avisou de última hora que surgira um imprevisto e que não poderia participar e a moradora Luana não compareceu e não informou o motivo.

Fotografia 2- Reunião dos moradores da Ilha dos Marinheiros com a Defensoria Pública e MPF



Fonte: a autora (2018)

Os levantamentos dos dados de campo também ocorreram através de observação participante do pesquisador com o objeto de estudo, com anotações dos relatos em cadernos de campo, auxílio de gravador e com registros fotográficos. Essa metodologia dos levantamentos de campo, de caráter qualitativo, fundamenta-se na técnica de trabalho de campo de Carlos Rodrigues Brandão (1994), a qual enfatiza que “o trabalho de campo é uma vivência, um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, realizadas por diferentes categorias de pessoas, como por exemplo, antropólogo, educador”.

Com a finalidade de dar voz e visibilidade a essa comunidade da Ilha dos Marinheiros é fundamental sabermos do processo de reassentamento pela visão de quem está envolvido diretamente. Analisarmos como serão as novas habitações e onde serão os futuros locais de assentamento destinadas às populações da Ilha Grande dos Marinheiros.

Os levantamentos dos dados de campo, com os moradores da Ilha Grande dos Marinheiros foi realizado com a aplicação de questionário com questões de múltipla escolha e ao final com questões abertas. O questionário ocorreu por meio de perguntas com variáveis qualitativas e quantitativas do perfil socioeconômico das comunidades. Tais como, instrução, formação, ocupação/renda, número de filhos por família, aspectos de saúde e moradia. Bem como, perguntas a respeito de suas

perspectivas sobre tudo que envolva o processo de reassentamento das famílias. O questionário (Apêndice 1) foi coletado através de administração indireta, no qual o inquiridor preenche o questionário (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1998), mediante autorização de uso de imagem e depoimentos pelo entrevistado, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 1).

Os dados coletados, com os levantamentos bibliográficos e de campo, após selecionados foram digitalizados nos programas Microsoft Excel e Microsoft Word 2017, através de gráficos e tabelas, que auxiliam na descrição sobre conjuntos de dados relativos a comunidade atingida pelo novo empreendimento.

Também, foram produzidos mapas de localização da remoção e reassentamento sobre uma base vetorial do município de Porto Alegre, e, selecionadas imagens de satélite da comunidade atingida pela construção do novo empreendimento demonstrando os locais dos reassentamentos das famílias das Ilha Grande dos Marinheiros em sua parte norte.

Os mapas foram produzidos com a utilização de imagens de satélite, disponíveis na plataforma Google Maps, e de bases cartográficas disponíveis na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As quais foram inseridas em um banco de dados no Sistemas de Informações Geográficas - SIG ArcGis 10.2, tendo como sistema geodésico de referência o SIRGAS 2000 e o sistema de coordenadas a Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM).

Após os levantamentos dos dados bibliográficos e de campo e da sua organização fizemos a análise dos produtos gerados (mapas, tabelas, gráficos) para a construção do texto da monografia.

Os materiais produzidos com as comunidades serviram para a obtenção de forma detalhada e autêntica de informações a respeito do território ocupado e do processo de reassentamento pela visão das famílias atingidas.

Ao final, obteve-se o material completo produzido para análise dos resultados, portanto, houve a possibilidade de verificar a hipótese, ou seja, identificarmos e darmos voz às famílias impactadas pela obra de construção da segunda Ponte do Guaíba na Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre/RS.

4 BREVE HISTÓRICO DA PONTE DO GUAÍBA

4.1 HISTÓRICO DA PONTE DO GUAÍBA

O serviço de barcas entre a cidade de Porto Alegre e a cidade de Guaíba no Estado do Rio Grande do Sul havia se tornado completamente obsoleto entre o final dos anos 1940 e primeira metade dos anos 1950 (Figura 3).

A travessia por barcas era realizada do ano de 1907 até 1941 através dos barcos a vapor Guaporé e Pedras Brancas, pertencentes à empresa particular Cia. de Navegação Pedras Brancas Ltda, e a partir do ano de 1941 o serviço passou a ser realizado pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER) (FREITAS, 2017).

Figura 3 - Atracadouro das barcas (Bairro Assunção, Porto Alegre (1947)).



Fonte: arquivo DAER

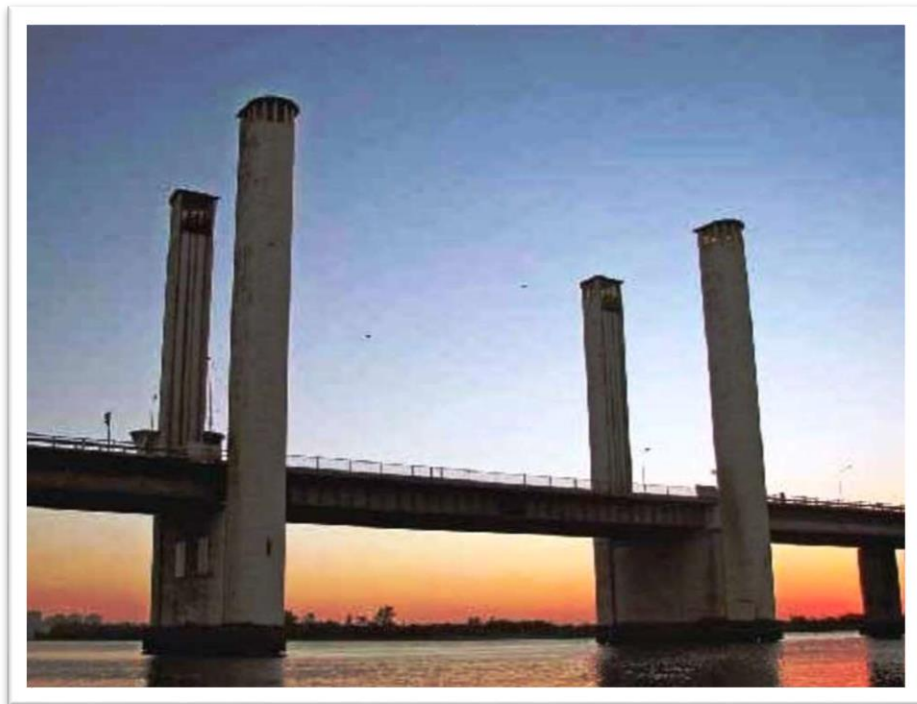
Logo havia a urgência de uma nova “travessia a seco” do Guaíba, fazendo referência a construção de uma ponte no lugar das travessias por barcas, pois a obra de construção da ponte favoreceria a ligação entre a capital dos gaúchos e a metade sul do Estado. Segundo Freitas (2017), “essa era uma passagem da era das barcas para a era das pontes.”

A Travessia Régis Bittencourt foi construída durante o primeiro mandato do governador Ildo Meneghetti (1955-1958), a obra do complexo rodoviário composto por

quatro pontes⁸ foi iniciada em 20 de outubro de 1955 e inaugurada em 28 de dezembro de 1958 (Figura 4).

O nome da travessia foi uma homenagem ao então presidente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), engenheiro Edmundo Régis Bittencourt. Porém, a travessia é chamada popularmente como Ponte do Guaíba até os dias de hoje (FREITAS, 2017).

Figura 4 - Travessia Engenheiro Régis Bittencourt – a chamada Ponte do Guaíba



Fonte: arquivo DAER

Localizada na zona norte de Porto Alegre/RS com início na Avenida Sertório a Ponte do Guaíba, com seus 777 metros de comprimento, possui uma grande característica, o seu vão móvel que se eleva a 35 metros acima do nível da lâmina d'água, principal passagem das embarcações para escoamento da safra e produtos para a zona sul do Estado. Porém, com o passar do tempo, pelo aumento da frota de veículos e a expansão da Região Metropolitana de Porto Alegre, o acesso pela ponte do Guaíba tornou-se saturado. Sobretudo, pelas interrupções de tráfego em função

⁸ A obra do complexo rodoviário é constituída pelas seguintes pontes: Ponte sobre o Guaíba, com 777 metros de comprimento e vão móvel que se eleva a 35 metros; Ponte sobre o Canal Furado Grande com 344 metros de comprimento; Ponte sobre o Saco da Alemoa com 774 metros; Ponte sobre o Jacuí com 1756 metros no total.

do içamento do vão móvel. Conforme Santos (2016), em 2014, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Trânsito (DNIT) registrou, em média, 45 içamentos do vão móvel por mês e que o trecho possuía o fluxo médio de 48 mil veículos por dia. Sendo, que estes cortes de circulação, estima-se que a cada 5 anos corresponderiam como se o cruzamento estivesse interrompido por 40 dias (SANTOS, 2016).

Se na década de 1955 a construção da Travessia Régis Bittencourt, a atual Ponte do Guaíba, tornara-se fundamental para melhorar o crescente tráfego de veículos e, conseqüentemente para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul na época. Da mesma forma a construção da Nova Ponte do Guaíba, faz-se de suma importância como alternativa para os problemas de trafegabilidade apresentados pela atual Ponte do Guaíba.

4.2 A NOVA PONTE DO GUAÍBA

O empreendimento de construção da nova Ponte do Guaíba é do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), o qual elaborou um projeto básico de travessia, e abriu edital para que empresas interessadas, em regime de licitação pública, apresentassem um projeto executivo de engenharia, complementando o projeto básico (SANTOS, 2016). A proposta de trajeto vencedora da licitação foi a do Consórcio Ponte do Guaíba (formados pelas empresas Queiroz Galvão Engenharia e EGT Engenharia).

A segunda ponte terá uma extensão de 2,7 quilômetros com um total de 7,3 quilômetros em obras de artes especiais (alargamento da ponte Saco da Alemoa, elevada e viadutos). Pois, está prevista a construção de mais uma ponte junto ao Saco da Alemoa com 780 metros de extensão e um trecho de 1 quilômetro na Ilha das Flores. Com 27,1 metros de largura nos quatro vãos fixos principais, com altura suficiente para a passagem de embarcações (Figuras 5, 6 e 7) (Consórcio Ponte do Guaíba, 2017).

A obra impactará nas vidas da população localizada no lado norte da Ilha Grande dos Marinheiros, na porção sudeste junto a margem direita do Canal do Furado Grande, e atravessará uma Unidade de Conservação Ambiental, o Parque

Estadual Delta do Jacuí⁹, e por isso, segundo os responsáveis, necessitará de atenção especial durante a sua execução. Conforme as informações coletadas na página do Consórcio, os programas ambientais previstos no processo de licenciamento ambiental nortearão as ações de mitigação, controle e monitoramento para que seja possível assegurar a manutenção da qualidade ambiental das áreas impactadas. A nova travessia do Guaíba será construída sobre a água a partir de peças pré-moldadas que serão fabricadas em canteiros industriais e montadas no local definitivo. Ainda, segundo o Consórcio a estrutura elevada permitirá que a fauna e a flora nativas possam manter o fluxo gênico entre as porções cortadas pela ponte (Consórcio Ponte do Guaíba, 2017).

Além, de atingir uma Unidade de Conservação (UC), e a população residente na parte norte da Ilha Grande dos Marinheiros, a nova travessia também afetará as famílias moradoras das Vilas Tio Zeca e Areia no Bairro Farrapos, pertencente a Zona Norte de Porto Alegre-RS.

As famílias da Ilha Grande dos Marinheiros foram cadastradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) ainda em 2014 e serão removidas para uma área dentro da própria Ilha Grande dos Marinheiros. Cada moradia recebeu a sigla IGM (Ilha Grande dos Marinheiros) seguida do número de cadastro para a família receber a nova moradia.

⁹ O Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) é uma Unidade de Conservação de proteção integral criada em 1976. Teve sua área ampliada em 1979, ocupando 17.245 hectares. Quando da construção da APAEDJ em 2005, o PEDJ teve seus limites alterados, e sua área atual ocupa 14.242,05 hectares (SEMA, 2018).

Figura 5 - Carta imagem com a proposta da nova Ponte do Guaíba em Porto Alegre, RS.



Fonte: DNIT (2017)

Figura 6 - Obras sobre a Ilha do Pavão e pilares próximos da Ilha Grande dos Marinheiros



Fonte: Consórcio Ponte do Guaíba (2017)

Figura 7 - Simulação 3D da nova Ponte do Guaíba sobre a Ilha dos Marinheiros



Fonte: Consórcio Ponte do Guaíba (2017)

A construção da segunda Ponte do Guaíba possui um orçamento inicial de quase 650 milhões de reais, estando incluída nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. A construção da Nova Ponte do Guaíba era uma das propostas de campanha eleitoral da ex-presidente Dilma Rousseff, sendo uma alternativa para a realização da travessia pelo Guaíba e uma forma de deslocamento direto conectando a Zona Norte à Zona Sul da cidade através da Terceira Perimetral (SANTOS, 2016). Já que, a ponte atual transformou-se em um sério problema de conectividade, como visto anteriormente, em função do aumento no fluxo de veículos, expansão da região metropolitana da capital e pelo içamento do vão móvel. Na tabela 1 a comparação da ponte atual com a nova Ponte do Guaíba:

Tabela 1 - Comparação da Ponte Atual com a Nova Ponte do Guaíba

	Ponte Atual	Ponte Nova
Extensão	2,8 Km	7,3 Km
Fluxo de veículos	48 mil por dia	50 mil por dia
Altura máxima	35 metros	40 metros
Inauguração	1958	Previsão 2019

Fonte: Consórcio Ponte do Guaíba (2017)

As obras da construção da segunda travessia Porto Alegre-Guaíba começaram em outubro de 2014, com previsão de término para setembro de 2017. Porém, a União tem feito repasses pequenos, que não garantem aumento no ritmo dos trabalhos (GauchaZH, 2017).

Em 24 de novembro de 2017, o ministro dos Transportes, Maurício Quintella, esteve em Porto Alegre e fez a promessa de repassar o valor de R\$ 240 milhões de reais para a construção da nova Ponte do Guaíba. Do total previsto para ser usado até o fim de 2017, R\$ 210 milhões de reais já estão disponíveis e foram repassados para o consórcio responsável pelos trabalhos. Já foram investidos R\$ 412 milhões de reais, sendo que até o mês de dezembro de 2017 55% das obras já foram realizadas.

O novo término das obras estava previsto para novembro de 2019 (GauchaZH, 2017). Entretanto, conforme consta no site de notícias da GauchaZH, as obras da Nova Ponte do Guaíba deverão parar entre maio e outubro de 2019, pelo atraso no reassentamento das famílias impactadas. E caso os processos de reassentamento não receberem prioridade, ou seja, não iniciarem a construção das casas e apartamentos para o reassentamento, a obra poderá ficar parada até o final do ano de 2020 (GauchaZH, 2018).

Três áreas para a construção das novas moradias estão sendo discutidas pelos governos federal, estadual e municipal. Dessas, apenas uma está em estágio mais avançado, dentro do processo burocrático de repasse ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Quando a posse for transferida em definitivo, faltará ainda realizar a urbanização dos terrenos e, depois, a construção das casas (GauchaZH, 2018).

No mês de junho de 2018 a obra de construção da Nova Ponte do Guaíba chegou aos 60% atingindo o limite da Ilha Grande dos Marinheiros e quando chegar aos 90% os trabalhos só avançarão sem a presença dos moradores que deverão ser removidos (GauchaZH, 2018). Porém, as famílias atingidas ainda não sabem para onde irão e nem de quando serão removidas. Somente veem a aproximação dos pilares da nova ponte cada vez mais próximos de suas atuais casas.

O Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT) convocou no mês de maio de 2018 as famílias cadastradas no ano de 2014 para validar seus dados e propor modalidades de reassentamento, com ênfase na compra assistida. Ou seja, a família atingida poderá escolher uma casa para comprar em Porto Alegre ou em qualquer cidade no Rio Grande do Sul, desde que o futuro imóvel esteja com toda a

documentação de escrituras em dia. Sendo, que o valor do imóvel pode variar entre R\$100 e R\$150 mil reais (GauchaZH, 2018).

O reassentamento das famílias impactadas pela construção da nova ponte nas 573 unidades habitacionais divididas entre casas e apartamentos em área localizada na margem sul da BR-116/290 está demorando em função da burocracia nos trâmites de licenciamento. Porém, segundo reportagem extraída da página eletrônica da GauchaZH (2018), o DNIT também pode ser responsabilizado pela demora:

Mesmo após dois anos de trâmite de licenciamento da área na prefeitura, o DNIT ainda não protocolou os projetos de edificação das moradias, passo que poderia ser dado imediatamente após a aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) em 20 de fevereiro de 2017 (GauchaZH, 2018).

Dessa forma, o DNIT poderá ser responsabilizado pela demora pois, analisando os passos do processo de Licenciamento, a partir da reportagem no site da GauchaZH (2018) foram verificadas as seguintes situações: (a) a licença prévia da área do reassentamento junto à Fepam foi emitida e o DNIT solicitou o pedido de parcelamento do solo da área¹⁰, em processo que tramita desde outubro de 2014 na Comissão de Análise e Aprovação de Demanda Habitacional Prioritária (Caadhap) do Escritório de Licenciamento vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE); (b) o documento solicitado foi emitido menos de um mês depois, porém, o DNIT inseriu uma nova área ao projeto, atrasando todo o processo de licenciamento:

Em maio de 2015, foi solicitado o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), aprovado em março do ano seguinte. Porém, em outubro de 2016, quando começaram os primeiros projetos de infraestrutura da área, o DNIT inseriu uma nova área ao terreno, o que demandou um novo EVU e acabou atrasando o processo. Agora, tramita a segunda fase de loteamento, que inclui projetos de rede de esgoto pluvial, cloacal, abastecimento de água e pavimentação. A licitação das obras de infraestrutura das áreas só poderá iniciar após a aprovação integral desses projetos (GauchaZH, 2018).

Na referida reportagem, em resposta ao veículo de comunicação GauchaZH, o responsável pela obra da nova Ponte do Guaíba declarou que os projetos das edificações não impactam nos processos de análise e aprovação dos projetos de infraestrutura, conforme consta na reportagem:

¹⁰ É a divisão da terra em unidades juridicamente independentes para edificação em forma de loteamento.

o DNIT informou que o edital de licitação da obra estabelece que deve ser feita a elaboração, aprovação e construção da infraestrutura necessária para construção das habitações para só então ser feito um chamamento público para construção das casas via programa Minha Casa Minha Vida. No entendimento do DNIT, "os projetos das edificações casas/prédios serão apresentados nessa etapa e também não impactam no processo de análise e aprovação dos projetos de infraestrutura em tramitação na prefeitura" (GauchaZH, 2018).

A seguir uma compilação de algumas reportagens a respeito da obra de construção da Nova Ponte do Guaíba (Figura 8):

Figura 8 - Compilação de reportagens sobre as obras da nova ponte na Ilha dos Marinheiros



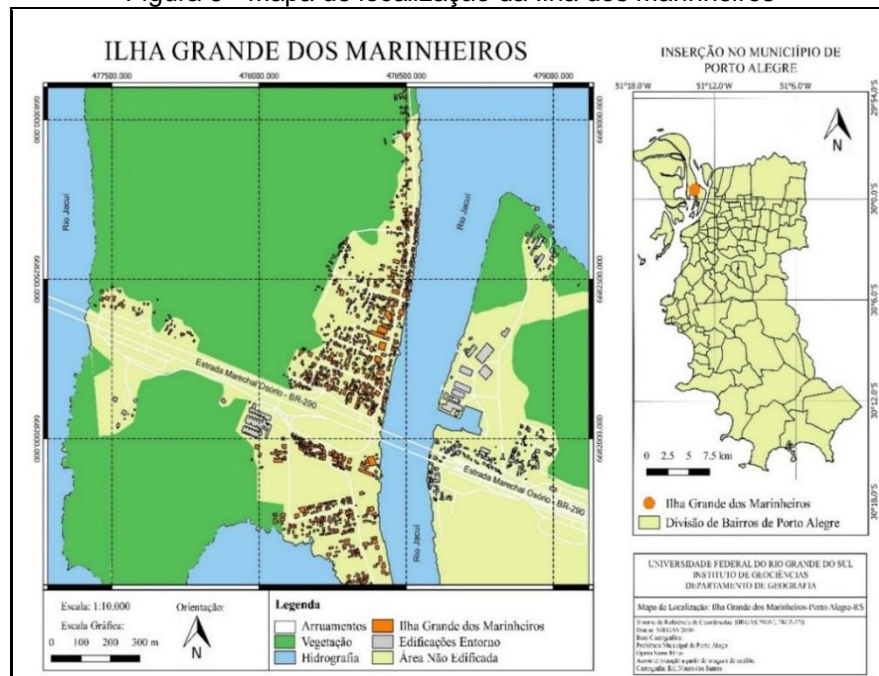
Fonte: GauchaZH (2018) e G1 RS Notícias (2017). Elaborado pela autora (2018)

5 OS SUJEITOS IMPACTADOS PELA NOVA PONTE

5.1 ILHA GRANDE DOS MARINHEIROS

A Ilha Grande dos Marinheiros está localizada em direção ao sul do Estado, após a Ilha do Pavão, atravessando a ponte sobre o Canal Furado Grande para quem deixa a capital pela BR-116, pertencente ao município de Porto Alegre-RS (Figura 9). É uma das dezesseis ilhas do Delta do Jacuí que compõem o Bairro Arquipélago¹¹, Região do Orçamento Participativo Ilhas. Uma das Ilhas mais povoadas, e está em uma Unidade de Conservação, a Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí (APAEDJ) que possui em seu domínio o Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ). A Ilha Grande divide-se fundamentalmente em dois lados – norte e sul – possuindo duas ruas principais, além de vários becos (MÜLLICH, 2011). A população atingida pela obra está localizada no lado norte da Ilha Grande, na porção sudeste junto a margem direita do Canal do Furado Grande do Beco 18 até o início da rua Nossa Senhora Aparecida, perfazendo uma área de cerca de 15 hectares (Figura 10).

Figura 9 - Mapa de localização da Ilha dos Marinheiros



Fonte: arquivo pessoal de Raí Nunes dos Santos (2017)

¹¹ O bairro foi criado em 7 de dezembro de 1959, pela Lei n°2022. É composto por 16 ilhas e pequenas ilhotas circundadas pelas águas provenientes dos rios Jacuí, dos Sinos, Caí, Gravataí e pelo Lago Guaíba formando o Delta do Jacuí (MULLICH, 2011).

Figura 10 - Área da população atingida pela construção da nova Ponte do Guaíba



Fonte: Consórcio Ponte do Guaíba (2017)

A ocupação humana no Arquipélago, segundo o estudo de (Gomes, Machado, Ventimiglia, 1995 *apud* Mullich, 2011), remonta ao período de 1774 até o ano de 1979 sobre os primeiros moradores do bairro, negros e índios, e dos antigos moradores, pescadores, marceneiros navais e moradores sazonais.

A ocupação populacional das ilhas do Guaíba teve uma expansão significativa a partir das décadas de 1940 e 1950, com o advento da construção da Travessia Régis Bittencourt em 1958, o que facilitou o acesso das ilhas com os outros bairros de Porto Alegre (SOUZA, 2014).

Durante muitos anos os ilhéus viveram da pesca e da pequena criação, somente por volta de 1960 é que se instalaram indústrias na região, o que atraiu novos moradores para o local. Porém, as indústrias não apresentavam muitos postos de trabalho, e por razão da área transformar-se em preservação ambiental, em meados dos anos 1980, as fábricas fecharam, e a má situação dos moradores se intensificou.

A Ilha Grande dos Marinheiros passou a apresentar favelização no final da década de 1970, com o surgimento de pequenas vielas de traçado irregular, com espaço para passagem de carroças, falta de saneamento básico, rede de esgoto e depósito de lixo (Plandel, 1979 *apud* Souza, 2014).

A região Ilhas, Bairro Arquipélago, possui 8.330 habitantes, segundo IBGE 2010, representando 0,59% da população do município. Com área de 44,2 km²,

representa 9,28% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 188,46 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 7,71%, e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 2,03 salários mínimos (FEE, 2017 *apud* Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2014).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocorreu um aumento populacional significativo no Bairro Arquipélago, após os anos 2000. A população da Ilha Grande dos Marinheiros também registrou uma evolução populacional. Conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano a Ilha dos Marinheiros possuía no ano de 2000 uma população de 609 habitantes, e no ano de 2010, 1.140 habitantes. Registrando uma taxa média anual de 6,47%, conforme podemos verificar no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Evolução populacional do Bairro Arquipélago e Ilha dos Marinheiros

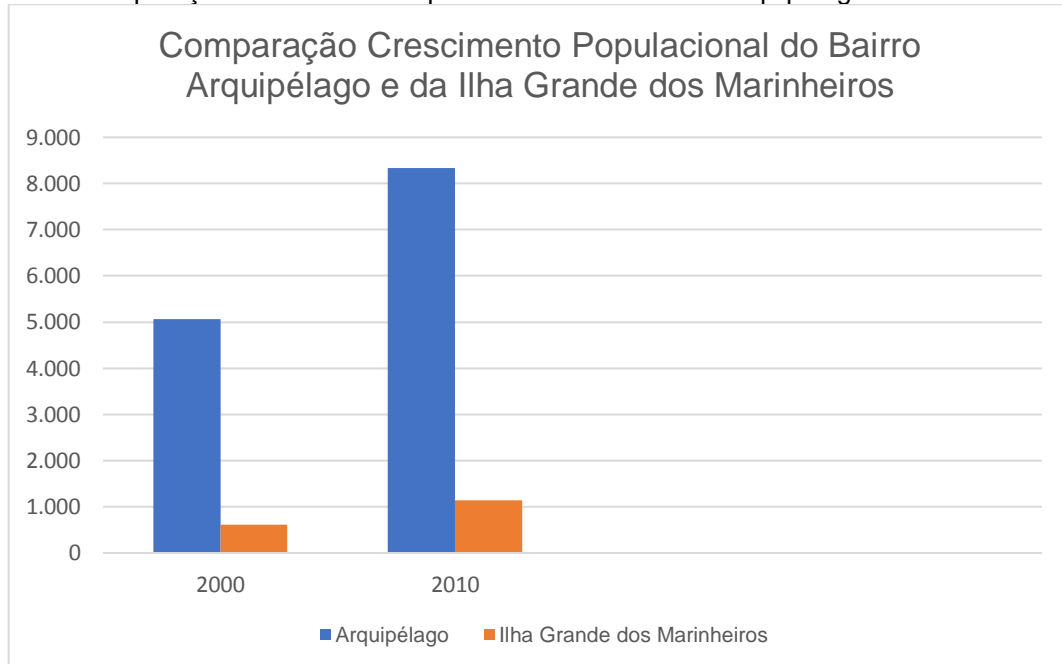
Evolução Populacional	1996	2000	2010
Bairro Arquipélago	2.634	5.061	8.330
Ilha dos Marinheiros	----	609	1.140
Porto Alegre	1.274.629	1.360.590	1.409.351

Fonte: IBGE, Atlas do Desenvolvimento humano (2017)

Do ano de 2000 até 2010, ou seja, em um prazo de dez anos é notório o crescimento populacional do Bairro Arquipélago e da Ilha Grande dos Marinheiros melhor observado em área, conforme mostra o Gráfico 1. No gráfico é demonstrado a comparação entre o crescimento populacional da Ilha dos Marinheiros e do bairro Arquipélago entre os anos de 2000 e 2010. O crescimento populacional na região das ilhas se deve ao enorme déficit de habitações destinadas às classes de baixa renda, em especial nas áreas centrais da capital. Sem ter condições de habitar nessas áreas centrais, seja pelo alto custo aferido a terra urbana ou pelo baixo valor do salário mínimo recebido, essa população excluída da cidade acaba segregada em áreas mais periféricas. Os processos de segregação e desigualdades socioespaciais estão

presentes, não apenas relacionados as áreas centrais de Porto Alegre, mas incluindo também, o território da própria Ilha Grande dos Marinheiros. Pois, a Ilha dos Marinheiros em sua parte sul, diferentemente da parte norte, há o contraste entre as casas de palafitas e/ou de casas construídas com materiais reaproveitados, com as casas dos condomínios fechados e das mansões de luxo pertencentes a população de média e alta renda. A urbanização acelerada e a ineficácia dos Planos Diretores na cidade de Porto Alegre ao longo do tempo, também contribuíram para intensificar os processos de desigualdade e segregação socioespaciais.

Gráfico 1 - Comparação Crescimento Populacional entre o Bairro Arquipélago a Ilha dos Marinheiros



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2017)

Como visto no Gráfico 1, no período de 10 anos a população da Ilha dos Marinheiros quase dobrou, também no bairro Arquipélago foi verificada a mesma semelhança na taxa de crescimento populacional entre 2000 e 2010.

A Ilha Grande dos Marinheiros recebeu distribuição de rede de abastecimento de água, somente no ano de 2008. A água que chega na Ilha dos Marinheiros é bombeada da Estação de Tratamento Francisco Lemos Pinto, localizada na Ilha da Pintada. Antes do ano da instalação, a população recebia o abastecimento de água

através de caminhões pipa e/ou recolham do rio Jacuí mesmo. E até o ano de 2017, não há previsão para instalação de rede de esgotos pluvial e cloacal.

Na análise dos dados de campo feita da amostra composta por 54 pessoas de faixa etária entre 20 anos e 72 anos revelaram que 48 pessoas residem na Ilha Grande dos Marinheiros desde que nasceram. Perfazendo um tempo de moradia na Ilha dos Marinheiros, mínimo de 10 anos e acima de 40 anos. Quanto a escolaridade dos moradores entrevistados, 51 moradores possuem o ensino fundamental incompleto, enquanto que 3 moradores da amostra têm a escolaridade distribuídas entre ensinos médio, superior incompleto e superior completo. A quantidade de indivíduos por domicílio fica disposta entre 1 até 6 indivíduos por moradia.

Na amostra da população entrevistada da Ilha Grande dos Marinheiros há diferentes tipos de ocupações, conforme demonstrado no quadro 2. Porém, a maioria da população entrevistada, 31 pessoas, aproximadamente 58%, obtém renda através da reciclagem de resíduos sólidos. Das ocupações/rendas informadas, 52 das 54 pessoas entrevistadas recebem uma quantia não superior a 1 (hum) salário mínimo mensal (R\$ 965,00), enquanto uma pessoa recebe 1 (hum) salário mínimo e meio e uma pessoa encontra-se desempregada.

Quadro 2- Ocupação dos Moradores entrevistados na Ilha Grande dos Marinheiros

N° pessoas por Ocupação/Renda	Ocupação/Renda - Ilha Grande dos Marinheiros
1	Agente Comunitário(a) de Saúde
8	Aposentado(a) e pensionista
1	Desempregado(a)
12	Programas do Governo Federal
1	Promotor(a) de Vendas
31	Reciclador(a)
54	Total

Fonte: dados de campo (2018)

Atualmente, na Ilha dos Marinheiros existe o galpão de reciclagem constituído por uma associação de grupos familiares. O galpão foi fundado pelo Irmão Antônio Cechin (Comunidade Maristas) em 1986 e no início foi instituído para o grupo de apoio às mulheres papeleiras, sendo oficializado pela Prefeitura de Porto Alegre em 1990. A única fonte de lixo do galpão é o caminhão de coleta seletiva municipal. A unidade

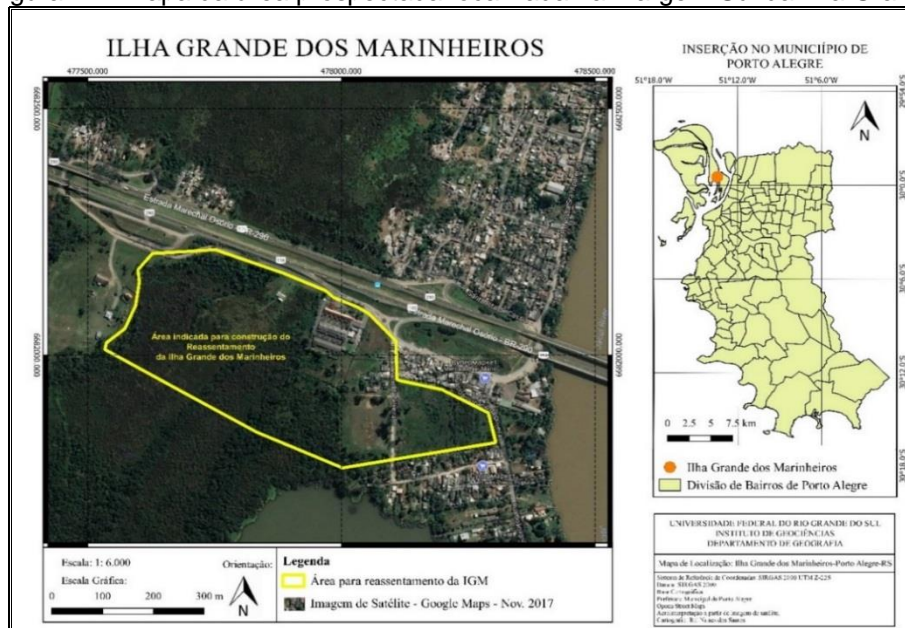
de triagem de resíduos sólidos teve na época e continua tendo um papel importante, tanto para a disseminação da política de coleta seletiva, quanto pela importância na geração de emprego e renda na Ilha dos Marinheiros. Na Ilha dos Marinheiros, além do galpão da associação existe outras formas de reciclagem, tais como: os galpões particulares; catadores autônomos e famílias que reciclam o lixo trazidos de outros bairros da capital.

5.2 ÁREA PROSPECTADA PARA O REASSENTAMENTO

Segundo um dos responsáveis pelo empreendimento, o Consórcio Ponte do Guaíba, foram realizadas duas reuniões do Consórcio com as comunidades atingidas, Vila Areia, Tio Zeca e Ilha Grande dos Marinheiros. Nas quais foram apresentadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), além da área destinada as comunidades das Vilas Tio Zeca e Areia, as três áreas prospectadas para o empreendimento Loteamento Ilha Grande dos Marinheiros.

Os moradores da Ilha Grande dos Marinheiros irão para a área localizada na margem sul da BR-116/290 (Figura 11), onde serão construídas 573 unidades habitacionais divididas entre casas (250 residências unifamiliares) e apartamentos divididos em blocos (de 5 pavimentos, com 4 apartamentos por andar, totalizando 12 blocos) para uma população de 1.465 habitantes (Figuras 12 e 13).

Figura 11 - Mapa da área prospectada localizada na margem Sul da Ilha Grande



Fonte: elaborado por Raí Nunes dos Santos (2017)

Figura 12 - Unidades Habitacionais prospectadas



Fonte: Consórcio Ponte do Guaíba (2017)

Figura 13 - Unidades Habitacionais prospectadas



Fonte: Consórcio Ponte do Guaíba (2017)

Conforme o cadastro já realizado nesta comunidade, os moradores da área de influência precisam ser transferidos para as novas áreas para permitir a continuidade da obra, no entanto, o processo de reassentamento passa pelas seguintes etapas, conforme consta na página do Consórcio Ponte do Guaíba:

Número Etapa	Processo de Reassentamento das famílias da Ilha dos Marinheiros
1	Licenciamento ambiental prévio – LP; (OK)
2	Aprovação do EVU – Estudo de Viabilidade Urbanística; (OK)
3	Desapropriação da área;
4	Aprovação dos projetos de infraestrutura;
5	Licitação de empresa para construção das obras de infraestrutura através do DNIT;
6	Licenciamento Ambiental para instalação – LI;
7	Aprovação dos projetos das unidades habitacionais;
8	Chamamento de empresa para construção das unidades;
9	Realocação das famílias.

Segundo informação na página do Consórcio Ponte do Guaíba, os órgãos envolvidos no reassentamento seguem trabalhando para acelerar estes processos e iniciar a execução das obras de infraestrutura, tais como: a implantação de redes de água, esgoto, iluminação pública e pavimentação de ruas.

Para a área destinada às famílias da Ilha Grande, após a aprovação do projeto de infraestrutura, o DNIT fará a licitação da empresa que executará os serviços, assim como irá proceder a sequência do licenciamento ambiental de instalação.

As unidades Habitacionais (casas e apartamentos) serão construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal por meio de recursos garantidos pelo Ministério das Cidades e, portanto, a definição das empresas que irão executar estas obras passa pela Caixa Econômica Federal (Consórcio Ponte do Guaíba, 2017).

No terreno estão duas edificações, sendo uma delas o prédio no qual funcionava o Hotel da Ilha (Fotografia 3), e na outra parte do terreno há moradias de ocupações irregulares (Fotografia 4). Pelo projeto de Lei Complementar PLC 015/14 o terreno de aproximadamente 16,8 hectares para o reassentamento foi desapropriado e está enquadrado como Área Especial de Interesse Social (AEIS) e já possui licenças aprovadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente para instalação das futuras habitações (Figura 15). Mas, o que se constatou em campo foi nenhuma alteração nos terrenos, ou seja, as obras de construções das 573 habitações, casas e apartamentos não foram iniciadas (Fotografia 5).

Fotografia 3 - Área do Hotel da Ilha



Fonte: autora (2017)

Fotografia 4 - Ocupações irregulares no terreno do reassentamento



Fonte: autora (2017)

Figura 14 - Terreno destinado ao reassentamento na parte sul da Ilha dos Marinheiros



Fonte: Google Street View (2018)

Fotografia 5 - As obras não iniciaram no terreno destinado ao reassentamento



Fonte: autora (2017)

5.3 VOZ E VISIBILIDADE AOS CIDADÃOS

Os processos de desigualdade e segregação socioespaciais são identificados no território das famílias moradoras na parte norte Ilha Grande dos Marinheiros, as quais estão passando por mais um momento difícil em suas vidas de muita luta pelo

direito à cidade, ou seja, pelos direitos à moradia, ao trabalho, ao lazer, a educação, entre outros. Direitos fundamentais os quais deveriam de fato serem assegurados pela Constituição Brasileira a todos os cidadãos. Porém, a construção de uma nova travessia Porto Alegre-Guaíba impactará efetivamente no território dessa população periférica da região das ilhas do Delta do Jacuí. Quais são as perspectivas de reassentamento e possíveis impactos sociais às famílias no território da Ilha Grande dos Marinheiros?

Para chegar até a área de estudo utilizei o transporte público coletivo, da linha 718 – Ilha da Pintada, na Estação do Centro Comercial de Compras (Camelódromo) e desembarquei na segunda parada da BR116/290 sentido capital interior, após o Canal Furado Grande. Na Ilha dos Marinheiros, ao se percorrer a rua principal - Nossa Senhora Aparecida - na parte norte até o Beco 18 notam-se em todas as moradias números de cadastro atribuídos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), os quais estão congelados para evitar que novas ocupações ocorram (Fotografias 6 e 7). Através de levantamento cadastral executado pelo DNIT foi desenvolvido o perfil socioeconômico dessas famílias no mês de maio do ano de 2014. Também é possível visualizar na margem no rio Jacuí, ao fundo das casas as construções dos pilares da nova Ponte do Guaíba aproximando-se da Ilha Grande dos Marinheiros (Fotografia 8).

Em entrevista com a moradora Jeannifer, uma das lideranças da Ilha Grande dos Marinheiros relatou que está preocupada com a falta de informações a respeito da remoção das famílias da área impactada pela obra da nova Ponte do Guaíba. Ela disse que só ocorreu a reunião em janeiro de 2017 com os responsáveis pelo empreendimento por solicitação dos próprios moradores da Ilha dos Marinheiros, que se organizaram e acionaram ajuda da Defensoria Pública para representá-los nas reuniões.

Fotografia 6 - Cadastro do DNIT moradia situada na Rua Nossa Senhora Aparecida



Fonte: autora (2017)

Fotografia 7 - Cadastro do DNIT moradia no Beco 18



Fonte: autora (2017)

Fotografia 8 - Pilares da nova ponte próximos da terra da Ilha Grande dos Marinheiros



Fonte: autora (2017)

O jovem Douglas mora na Ilha dos Marinheiros desde que nasceu, e sua casa está localizada no mesmo pátio que a casa de seu pai. Douglas receberá um apartamento para morar, enquanto seu pai irá morar em uma casa.

Pelos resultados encontrados na pesquisa realizada na área de estudo é possível que a população atingida tenha os seus laços de parentescos e vizinhança afetados com o reassentamento. Pois, pelos critérios de distribuição das habitações pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), as casas serão destinadas aos casais com mais de 1 filho e, para as pessoas idosas. Já os apartamentos serão destinados para pessoas casadas e com até 1 filho e para pessoas que sejam solteiras. Por se tratar de prédios de apartamentos com 5 pavimentos e sem elevador, dificultaria o acesso às pessoas idosas. Logo, por bom senso, de acordo com os critérios de distribuição das moradias os idosos receberão casas. Porém, por esses critérios para as novas moradias, pais casados e filhos solteiros que atualmente moram em casas individuais, mas construídas no mesmo terreno, ficarão separados. Os filhos irão morar nos apartamentos, enquanto seus pais receberão casas, ou seja, não irão morar mais tão próximos uns dos outros:

Moro no mesmo pátio que meu pai, mas eu irei para os apartamentos, e meu pai para as casas (Entrevista com morador em 03/12/17).

Moro no terreno com minha mãe, mas eu sou solteira irei para os apartamentos, e ela irá para as casas (Entrevista com moradora em 03/12/17).

Como explicita Singer (1979) a mudança forçada do local de moradia pode resultar além do distanciamento e/ou perda do trabalho, “a perda de relações de vizinhança, o que para pessoas pobres e desamparadas, pode ser o prejuízo mais trágico.” (p.33). As famílias impactadas não se encontram satisfeitas pela possibilidade de ficarem separadas de seus familiares e vizinhos, em função dos critérios na distribuição das moradias.

A separação dos laços de famílias e das relações de vizinhanças poderá ser prejudicial para a comunidade atingida, pois na Ilha Grande dos Marinheiros todos se conhecem há muitos anos e se ajudam entre si. As relações de vizinhança e cooperação, laços de solidariedade são muito fortes na Ilha Grande dos Marinheiros:

E se o vizinho do lado não tiver comida pra comer eles vem e te ajudam (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Eu vou te dizer uma coisa bem sincera eu não tenho queixa de vizinho nenhum, eu me dou com todo mundo, eu sempre me dei com todo mundo (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Não é como aqui na Ilha...tu sai ali no portão...um oi! É de carro é de a pé...tu sai no portão as crianças da creche...Oi! Eu não lhe via mais vô...é tudo assim...então é muito difícil sair da Ilha! (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Se pudesse ficava na Ilha...estou com medo de me tirarem da Ilha e ficar longe da minha irmã mais velha que mora no mesmo terreno comigo...minha irmã cuidou de mim quando nossa mãe morreu (Entrevista com moradora em 10/05/18).

Pelos relatos dos entrevistados desde o início quando começaram a chegar as primeiras famílias na Ilha Grande dos Marinheiros, os moradores já estavam lá para ajudar as recém-chegadas no que fosse preciso. Muitas dessas famílias que chegaram na Ilha dos Marinheiros foram levadas para a Ilha pela própria Prefeitura de Porto Alegre, vindos de outros pontos da cidade. Através da ajuda dos ilhéus ergueram suas casas e puderam viver dignamente com suas famílias:

Eu morava na Vila Dona Teodora, mas fui removida pela Prefeitura...eles disseram tu escolhe...ou tu vai para a Restinga ou pra Ilha... Naquela época eles chegavam botavam assim pra dentro do caminhão traziam e largavam lá no finalzão da Ilha...ai eu não tinha noção de como era a Ilha...isso na minha cabeça neh? Eu tinha 28 anos...eu achava assim... Ah eles vão pegar minha casa eles vão me desmanchar e vão fazer ela direitinho lá...menina quebraram não sabia nem quais eram as peças...que que eles fizeram? Eles me largaram lá no final da Ilha com três filhos pequenos e disseram que iam voltar noutro dia, só que eles não voltaram mais...não tinha água não tinha

luz, não tinha nada...contei com a ajuda da comunidade para erguer minha casa (Entrevista com moradora em 04/04/2018).

Eu comecei no serviço comunitário com 24 anos...comecei na nossa Senhora da Conceição, com a irmã Mariele a trabalhar no serviço comunitário...ai depois em 1978...em 76 foi fundado o parque e em 77 a prefeitura de Porto Alegre começou a trazer o pessoal pra cá...da Teodora, Areia, Tio Zeca, começaram a trazer o pessoal pra cá...foi quando eu comecei a me desenvolver na comunidade (Entrevista com moradora em 04/04/18).

O colégio foi luta nossa, a creche comunitária Tia Jussara foi luta da comunidade, veio por CPM e colégio. O posto de saúde também, veio por CPM e associação. E aí eu comecei a me envolver na associação. O finado irmão Antônio Cechin que trouxe nós...naquele tempo só tinha o irmão Antônio Cechin trabalhando com nós junto com a irmã Mariele...aí nós viemo pra cá, aí eu vim pra faixa. Porque eu o finado Afonso e a finada Marina nós fazia comida pra da pro pessoal porque eles vieram tudo com a casa quebrada. Então nós fazia sopa (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Com o novo empreendimento as famílias atingidas revelam que têm um forte sentimento de perda. Ocorrerão mudanças e, possivelmente muitas daquelas famílias impactadas pela nova Ponte do Guaíba irão embora, restando apenas a saudade aos que ficam. Nota-se nessa comunidade um importante vínculo entre as pessoas e das pessoas com a Ilha Grande dos Marinheiros, com o lugar:

Dizem que quem toma a água da Ilha não sai nunca da Ilha...pode sair, mas sempre tá voltando, não adianta (Entrevista com moradora em 04/04/2018).

Não sei se acontecesse com vocês, mas comigo acontecesse muito tipo assim ó, eu já sai três vezes da Ilha e voltei, a gente sente falta até do cheiro da Ilha, é um cheiro diferente. Tipo assim ó, se é verão por exemplo, neh? Tu tá num lugar assim ó, bah tá loco, quente, quente, quente quando tu desce do ônibus aqui na Ilha, o ar já é totalmente diferente (Entrevista com moradora em 04/04/2018).

Os moradores da Ilha dos Marinheiros possuem relações de familiaridade com o lugar

Não tem comparação! É o ar da água? É o ar do verde? É as pessoas que te arrecebem na descida do ônibus? Tu tá descendo os outros tão subindo...Oi fulana! Oi beltrana! (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Aqui nós subemo onde vai a água e onde não vai. A água aqui vai até o meu segundo degrau, quando dá enchente grande. Conforme o movimento da ilha e a altura da água eu já sabia que na casa dela tinha água ou não tinha (Entrevista com moradora em 04/04/18).

A grande maioria dos entrevistados mora na Ilha dos Marinheiros há muitos anos, gostam do lugar e não querem mudar. Preferem a morte do que sair da Ilha Grande dos Marinheiros e ter que morar no bairro Restinga

Eu vim pra Ilha quando tinha seis anos de idade...morava com meus pais em Alvorada...Tô na Ilha já faz 43 anos...E desde pequena, trabalho com a reciclagem de lixo, meus pais também reciclavam (Entrevista com moradora em 03/12/17).

Também diziam que o pessoal iam lá pro barro vermelho, na Restinga. Tinha uma faixa lá futura área pras ilhas...porque na época seria Ilha do Pavão e a Ilha Grande...futuras moradias das ilhas Pavão e a Ilha Grande. O pessoal não queria de maneira nenhuma como não quer até hoje ir lá pra Restinga...querem ir pra tudo quanto é lugar...se der não sair daqui...a preferência é sempre na Ilha (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Eu não vou pra casa e nem pra apartamento, o dia que eu for sair daqui eu quero sair pro cemitério (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Se eles fizessem moradia em Eldorado é diferente é mais perto das ilhas do que ir lá pra Restinga (Entrevista com moradora em 04/04/18).

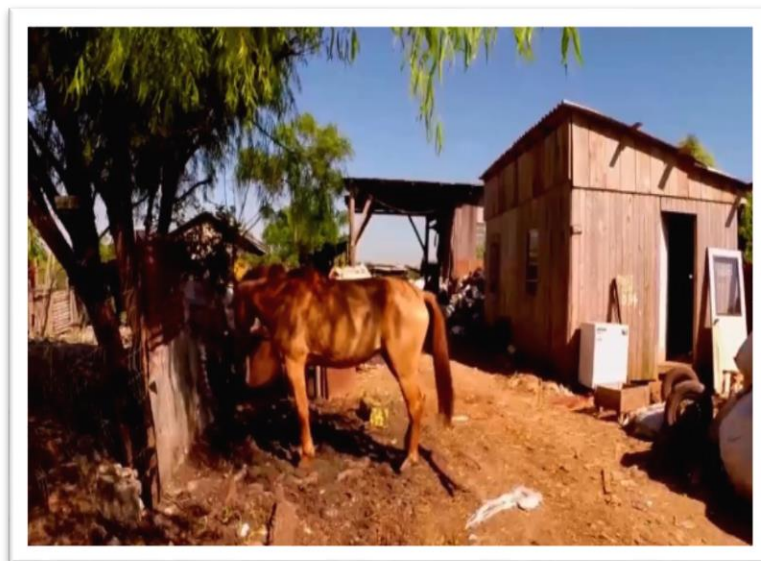
O sentimento de pertencimento não desaparece desses moradores, mesmo que não lhes seja garantida a posse do território ocupado de forma continuada.

Janaina é moradora da Ilha Grande dos Marinheiros há 34 anos. A nova ponte terá um dos pilares que passará sobre a casa dela e de sua irmã. Tem medo de ser retirada do local e ficar longe de sua família e sem seus animais de estimação.

As famílias desejam que tudo seja resolvido o mais rápido possível, que comecem a construção de suas moradias e que possam levar seus animais de estimação junto no reassentamento

Tenho 7 cachorros, galinha, pato, não quero me desfazer dos meus bichinhos. Se não puder leva eles pra essa casa nova, não quero sair daqui (Entrevista com moradora em 03/12/17).

Figura 15 - Cavalo no pátio de casa na Ilha Grande dos Marinheiros

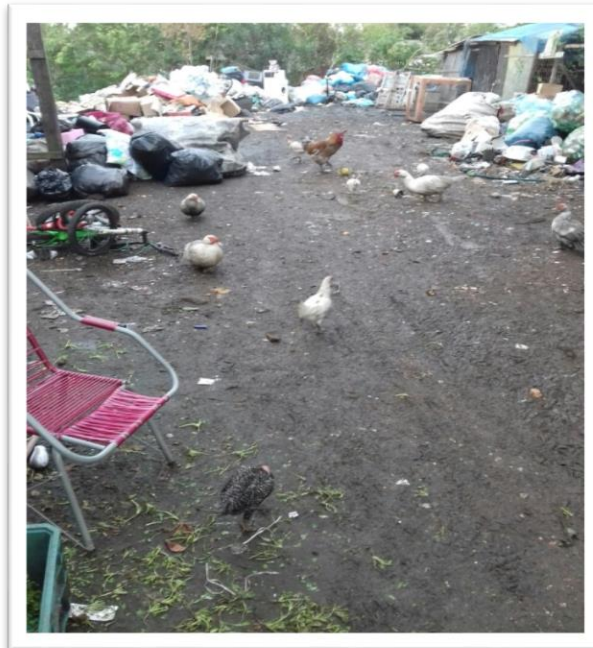


Fonte: Google Street View (2018)

Pelos critérios na distribuição das moradias será possível levar apenas animais de pequeno porte e 1 (hum) animal por indivíduo no reassentamento

Animal no pátio não falta. Tenho cavalo, galinha, pato, cachorro e gato. Gosto muito de animal, sempre me criei no meio de bichos, assim como minha falecida mãe, que gostava muito de bicho também. Gosto das árvores, da natureza daqui (Entrevista com moradora em 10/05/18).

Fotografia 9 - Animais no pátio da casa de moradora



Fonte: moradora da Ilha dos Marinheiros (2018)

Tenho 3 cachorros Pitbull...não sei o que eu vou fazer com eles... (Entrevista com moradora em 23/03/18).

Numa época a gente criava porco, quando não era proibido ainda...desde filhotes criado quase como se fossem da família. Os animais andavam soltos pelas ruas, às vezes quando eles entravam nos pátios dos vizinhos, só tiravam eles, sem brigas. Porque todos se davam bem, os vizinhos e os porcos (Entrevista com moradora em 10/05/18).

Porque até hoje não vimos movimento nenhum onde era pra ser o local dentro da Ilha, certo?...Que até hoje não foi arrancado um capim, certo? (Entrevista com moradora em 10/05/18).

Magda só de Ilha Grande dos Marinheiros tem 43 anos que mora no local. A reciclagem de lixo coletado no centro da cidade e separado no pátio de sua casa é sua principal fonte de renda no momento. Atividade que está ameaçada, caso não possa continuar reciclando o lixo no pátio da sua nova habitação.

Com o reassentamento é possível que afete economicamente na vida das famílias que dependem da reciclagem de materiais sólidos no pátio de suas casas e que não utilizam o galpão de reciclagem. Além dos apartamentos, as casas e os terrenos serão pequenos e, conseqüentemente, com pátios pequenos o trabalho de reciclagem fica inviabilizado. Pode-se dizer, que os responsáveis pelo empreendimento demonstram não estarem muito interessados na situação que os moradores estão enfrentando com o todo o processo de reassentamento e nem das diferentes formas de vida desses moradores da Ilha Grande atingidos pela construção da nova Ponte Guaíba.

Um território é identificado na comunidade da Ilha dos Marinheiros, pelos espaços ocupados por essa população, tanto serem utilizados para produzir seu habitat, quanto para produção de seu trabalho, de sua cultura, transformando a natureza ao seu redor (HEIDRICH; HEIDRICH, 2010).

Em conversa com a moradora Sandra em seu local de trabalho, no galpão de reciclagem da Ilha Grande dos Marinheiros, ela reclama dos empreendedores por não receber praticamente nenhuma informação. Segundo Sandra a última reunião com os responsáveis pela construção da segunda Ponte do Guaíba foi em dezembro de 2017.

As famílias impactadas estão muito preocupadas porque não há garantias de que será construído o galpão para reciclagem de lixo na margem sul da Ilha dos Marinheiros. Mesmo que o galpão tenha convênio firmado com a COOTRAVIPA (Cooperativa dos trabalhadores das Vilas de Porto Alegre), através da Prefeitura de Porto Alegre, e que tenha sido acordado em reunião da população atingida com o DNIT, não há garantias de sua reconstrução. Caso isso se confirme, impactará significativamente o trabalho e renda de todos que dependem do galpão. Também, a demora na remoção e reassentamento deixam as pessoas angustiadas, pois não veem iniciar a construção das moradias prometidas

Eu e um amigo, agente recicla junto o lixo coletado no centro de Porto Alegre. Meu amigo coleta os lixos nas padarias, lojas e traz pra minha casa...aqui no pátio eu separo o material... tiro 1 salário mínimo e meio por mês (Entrevista com moradora em 03/12/17).

A COOTRAVIPA leva o lixo de Porto Alegre para ser reciclado na Ilha dos Marinheiros, no nosso galpão de reciclagem. A empresa da prefeitura recolhe os rejeitos também. Nós (as famílias da associação) reciclamos e vendemos para os terceirizados...eles revendem pras indústrias (Entrevista com moradora em 25/04/18).

Moro aqui há 32 anos e fui umas das fundadoras desse galpão de reciclagem...também trabalho no galpão de reciclagem...e a gente também

se preocupa porque são pessoas que dependem desse trabalho...porque tem família (Entrevista com moradora em 10/05/18).

Eu sou uma que se eles me tirarem daqui eu vou brigar, porque olha o tamanho da minha casa pra casa que eles vão dá (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Eu não quero morar em apartamento...com gente morando encima de mim...não vou nem poder fazer barulho, ouvir música alta e nem fica de porta aberta (Entrevista com moradora em 25/04/18).

Minha casa tem 4 peças grandes e banheiro e o pátio é grande também. Tem abastecimento de água, luz, somente não tem tratamento de esgoto (Entrevista com moradora em 25/04/18).

Fotografia 10 - Material coletado no centro de Porto Alegre e reciclado no pátio de moradora



Fonte: autora (2017)

Fotografia 11 - Galpão de Reciclagem na Ilha dos Marinheiros



Fonte: autora (2018)

Fotografia 12 - Caminhão da COOTRAVIPA, chegando no Galpão de reciclagem



Fonte: autora (2018)

Nazareth mora na Ilha Grande desde os 17 anos de idade, atualmente tem 72 anos. A frente da Associação de Mães é bastante conhecida e querida pela comunidade. Sobre a obra da nova Ponte do Guaíba, Nazareth diz ser um desrespeito e uma desconsideração com ela e com a comunidade.

Liane acredita que os empreendedores não farão nenhuma casa, segundo ela o que se desenha é a instauração de aluguel social ou a forma de compra assistida.

Maria Letícia moradora há 10 anos da Ilha Grande dos Marinheiros, relata que participa da cooperativa de artesãos e do clube de mães porque luta pelo pessoal e tem vontade de ajudar a todos. Segundo Maria Letícia na Ilha Grande não tem locais de lazer.

A religiosidade também está presente na vida dos ilhéus. Quando estávamos no Santuário Nossa Senhora Aparecida das Águas Liane mostrou localizada no altar a imagem da santa de mesmo nome do santuário. Informou que no dia 12 de outubro ocorre, também na Ilha Grande dos Marinheiros, a procissão em homenagem a Nossa Senhora Aparecida das Águas, uma das santas padroeiras da Ilha dos Marinheiros. A Romaria das Águas é um movimento inter-religioso e ecológico em devoção à Nossa Senhora Aparecida das Águas.

A partir das análises dos depoimentos dos moradores em desalojamento, percebe-se o grande vínculo dos ilhéus com o lugar. A grande maioria mora na Ilha

dos Marinheiros há muitos anos, alguns desde que nasceram. Demonstraram ter muitas dúvidas a respeito do processo de reassentamento e preocupações, tais como: com seu trabalho/renda; com a destruição e possível reconstrução do Santuário Nossa Senhora das Águas; com as estruturas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Clube de Mães e, principalmente, pela indefinição quanto ao início das obras de construção de suas futuras casas

A gente tem um sentimento de mudança, um sentimento, pensamento aqueles que vão embora...sentimento tristeza...é bem complicado isso...é que nem quando eu vim morar na ilha existia uma ponte só....agora é duas...ai daqui mais uns anos tu vai ter só na memória como era...é um contraste bem diferente...pessoas diferentes...não sei se a luta vai ser a mesma...senão vai ser diferente (Entrevista com moradora em 04/04/18).

É complicado aqui, mas é gostoso de morar. Essa complicação que faz a gente lutar, que faz a gente aprender (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Falta de respeito com as lideranças...falta de consideração...porque muitas vezes deixei meu marido doente dentro de casa pra ir nas reunião. É uma falta de respeito o que ta acontecendo com nós. E tu quer que eu seja honesta? Eu to com medo! Eu to com medo que aconteça o que acontecia de primeiro, a Prefeitura encostava o caminhão com a brigada e tirava todo mundo (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Moro desde 1976 na Ilha Grande dos Marinheiros...o terreno que hoje está o galpão, uma parte era terreno da falecida minha mãe (Entrevista com morador em 10/05/18).

Trabalho no galpão de reciclagem e faço parte da diretoria. E a nossa preocupação além da nossa moradia é o nosso trabalho (Entrevista com moradora em 10/05/18).

O galpão...reforçando essa questão isso não é da Prefeitura...o espaço é posse da associação então ela é dona do espaço...e a questão do Santuário. A questão do Santuário tá aí não tem como dizer que o Santuário não vai vim abaixo, porque vai vim abaixo como é que fica essa questão do Santuário? E a questão da estrutura do CRAS? (Entrevista com morador em 10/05/18).

Uma hora eles vêm falam uma coisa daqui a pouco é outra e daqui a pouco é outra...a gente quer certeza do que acontece, entendeu? Porque no ano passado quando chegou em época de eleição fizeram a mesma coisa pro povo, entende? Não dá pra ficar esperando cada eleição eles virem aqui...eles vêm, conversam o povo...um diz uma coisa outro diz outra...as pessoas não aguentam mais! Sabe? Com os nervos à flor da pele, porque não sabem para onde vão (Entrevista com moradora em 10/05/18).

Assim ó eu não vou ser atingida, mas assim ó eu acho que tenho que ajudar o povo, querendo ou não, são pessoas que eu vi nascer...precisa ser resolvido o quanto antes (Entrevista com moradora em 10/05/18).

Sou morador da Ilha das Flores, mas a mesma preocupação deles é a minha, então tô aqui somando junto com eles...agora é um contexto mais grave ainda. Tu não ter uma definição dessa questão, de um impacto direto...na próxima caminhada ela atinge o santuário e passa pro outro lado da rua já pegando o espaço da unidade. Essa é a grande preocupação da estrutura da rede social, do nosso CRAS, que é uma contrapartida do projeto que ficou

registrado em atas anteriores a gente quer que cumpra o que foi encaminhado (Entrevista com morador em 10/05/18).

Fotografia 13 - Santuário Nossa Senhora Aparecida das Águas



Fonte: autora (2018)

Os moradores e representantes de associações e entidades, tanto da Ilha dos Marinheiros quanto das Ilhas da Pintada e Flores relataram na reunião do dia 10/05/2018 na Ilha dos Marinheiros que estão bastante preocupados e ansiosos quanto ao processo de reassentamento. Pelo fato de não ter começado a construção das moradias destinadas às famílias impactadas enquanto veem as obras avançando das águas para o terreno da Ilha Grande. Enquanto aguardam pelo reassentamento, a comunidade tenta seguir suas vidas, atividades. Porém, foram relatados pelo Centro Educacional Maristas que nos serviços de consertos, tais como de telefone e internet têm havido uma certa resistência das operadoras para a execução desses consertos. Pois, os prestadores de serviços alegam que a comunidade será removida do local.

As moradias, a religiosidade, aqui representada pelo Santuário Nossa Senhora das Águas e o trabalho de reciclagem estão ameaçados. Pois, segundo os moradores os pilares da obra da nova ponte estão se aproximando da terra e por enquanto não há movimentação por parte do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para iniciar a construção das moradias. Segundo depoimentos dos moradores, se de um lado da Ilha dos Marinheiros os pilares encontram-se próximos, do outro já teve início a obra de alargamento da ponte Saco da Alemoa, ou seja, as máquinas já alcançaram a terra. Dessa forma, o DNIT estaria infringindo o

acordo judicial assinado no ano de 2017, no qual se comprometia a não iniciar as obras na Ilha dos Marinheiros enquanto as famílias não forem reassentadas nas novas moradias. O acordo dos moradores com o DNIT foi muito bem lembrado na reunião pela defensora regional de direitos humanos Ana Luisa Zago de Moraes.

A possível saída de algumas famílias da Ilha dos Marinheiros estaria relacionada a uma nova proposta de aquisição de moradia feita pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Até a data de realização dessa pesquisa, o DNIT estava convocando para o mês de maio de dois mil e dezoito as famílias atingidas já cadastradas para comparecerem no Canteiro Administrativo do Consórcio Ponte do Guaíba. Divididos em grupos de até 30 famílias com a finalidade de revalidarem o cadastro feito no ano de 2014 (Consórcio Ponte do Guaíba, 2018).

E, durante o processo de revalidação do cadastro foram apresentadas as modalidades de reassentamento, porém, com ênfase no processo de compra assistida, ou seja, uma carta de crédito para compra de um imóvel em Porto Alegre ou qualquer cidade do Estado desde que os documentos do pretendido imóvel estejam regularizados. Segundo os depoimentos das famílias que compareceram ao cadastro foi perguntado se preferiam optar por compra assistida. Logo, as famílias teriam que encontrar um imóvel no prazo de até 30 dias, sendo removidas em breve. Caso contrário, teriam que aguardar o prazo de três anos, para que a construção das casas e apartamentos fiquem prontos, conforme o projeto inicial apresentado à comunidade em 2014 pelo DNIT em conjunto com o Consórcio Ponte do Guaíba.

Parece-nos que o Governo Federal aqui representado pelo DNIT quer de toda maneira agilizar o cronograma da obra, priorizando as remoções afim de viabilizar o término da construção da segunda Ponte do Guaíba. Entretanto, especula-se que tamanho empenho não se trata de consideração pela situação das famílias atingidas pela construção da nova Ponte do Guaíba. Mas sim, uma enorme mobilização com propósito político.

Caso a grande maioria das famílias impactadas optem pela forma de compra assistida, provavelmente, muitos voltarão para suas cidades de origem ou irão morar em outros pontos da cidade ou do Estado

A gente ficou sabendo que as casas serão adquiridas através da compra assistida...vão dar carta de crédito de 60 mil reais pra comprar casa em outro lugar...com financiamento pelo Programa do Governo Federal, Minha Casa, Minha Vida (Entrevista com moradora em 25/03/18).

Eu vou ser bem sincera contigo, eu acredito que eles não vão fazer casa nenhuma! (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Nem começaram a fazer nada! (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Não queremos aluguel social, não queremos casa de passagem, as pessoas têm que sair de dentro de casa e ir pra dentro da sua casa. Porque elas tão dentro de casa. Entendeu? Elas não tão na rua. Então essa é a nossa luta da ponte! (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Poxa! Desde que começou a obra eles nunca se interessaram com o povo...nunca se interessaram em falar com o povo, entendeu? (Entrevista com moradora em 10/05/18).

Qual era a promessa? Ia ser feita a área...ser feito as casas o condomínio...a creche ia pra lá a escola pra lá o posto e o galpão também, tudo pra lá. O que muito me espanta...é o seguinte...essa decisão de auxílio moradia foi de portas fechadas, não foi consultada a comunidade. Não foi consultada a comunidade! (Entrevista com moradora em 10/05/18).

Sinaliza a opção tomada pelo empreendedor, de que a maioria da população impactada residente da Ilha Grande dos Marinheiros aceite, a forma de compra assistida. Dessa forma será mais prático para o DNIT não desapropriar tanta área, ou não executar o projeto de construção das moradias.

As lideranças comunitárias relataram em seus depoimentos que ao longo dos anos de moradia na Ilha dos Marinheiros ocorreram conquistas na comunidade. Todos os equipamentos de infraestrutura (Posto de saúde, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, abastecimento de água, entre outros) presentes na Ilha Grande dos Marinheiros foram adquiridos através do orçamento participativo. A política da implementação do orçamento participativo permite a prática da gestão democrática aos cidadãos, papel importante nas discussões desses com a Administração Pública sobre as prioridades de aplicação e distribuição dos recursos públicos.

Tudo que tem dentro da Ilha é pelo orçamento participativo, o aumento do posto de saúde, assistente social que agora tiraram daqui. Tudo que tu vê dentro da Ilha foi puxado pelo orçamento (Entrevista com moradora em 04/04/18)

Fotografia 14 - Posto de saúde da Ilha dos Marinheiros



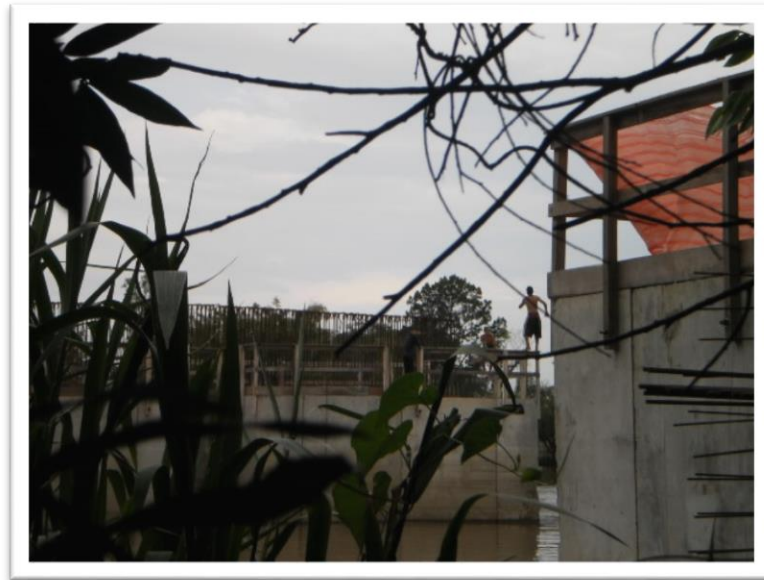
Fonte: autora (2018)

Na Ilha Grande dos Marinheiros não há lazer, principalmente para crianças. As crianças têm somente uma quadra de esportes que no momento encontra-se bem precária para brincar, pois não há parquinho público infantil na Ilha dos Marinheiros. O único parquinho está localizado no pátio da escola e na creche, na parte sul da Ilha dos Marinheiros. Algumas crianças e adolescentes brincam no rio, no acesso ao Canal Furado Grande, pulando dos pilares em construção da nova Ponte do Guaíba para nadar no rio. Os adultos frequentam as segundas e quartas-feiras, no Santuário Nossa Senhora Aparecida das Águas, o grupo de Convivência Solidária da Legião da Boa Vontade (LBV), no grupo são trabalhadas atividades lúdicas relacionadas a fé aos direitos humanos e a cidadania. A comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros sofre um processo de desterritorialização, do direito a infraestrutura urbana e do lazer, precarização social, ou seja, exclusão socioespacial (HAESBAERT, 2002).

Lazer dentro da Ilha? Não tem nada de lazer...nem pracinha pras crianças tem...é a única ilha que não tem (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Frequento o grupo de Convivência Solidária da LBV. Sinto-me bem participando das atividades do grupo. Vou na Casa Espírita Bezerra de Menezes também. Levo meus filhos nos domingos de manhã para caminhar até o final da Ilha dos Marinheiros, onde tem mais árvores, a natureza...eles podem ver os pássaros de pertinho. Não tem pracinha pras crianças na Ilha, é uma coisa que faz falta. Meus filhos me cobram pra ir numa pracinha, andar de balanço, brincar (Entrevista com moradora em 10/05/18).

Fotografia 15 - Garoto fazendo o pilar da nova ponte de trampolim



Fonte: autora (2018)

Fotografia 16 - Quadra esportiva na Ilha dos Marinheiros



Fonte: autora (2018)

Conforme análise do levantamento de campo na Ilha dos Marinheiros os direitos sociais do cidadão estão precários, negligenciados pelo Poder Público.

Depois que mataram tudo sabe aqueles “capim” santa fé? Eles mataram tudo! Eles largaram aterro de obra encima e nós falava e eles não vieram olhar e agora como é que agora eles querem tirar as pessoas (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Se for o traçado que eu vi pega parte daquelas casas do Beco 17, porque daí o pilar fica bem encima da casa...não pega vinte casa o traçado que eu já

andei observando...vai pegar a capela o galpão e não pega vinte casa do Beco 17. O Beco 18 pelo que eu sei é que eles querem devolver para a natureza. Até o Bin Laden é uma área de APP e de proteção...querem devolver pra natureza (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Porque nem eles sabem o que identificar nós! Nós moradores, sabe por que? Porque nós moramos em partes da Ilha que é federal, partes da Ilha que é estadual, e parte da Ilha que é municipal...então assim, os três poderes que eram pra se juntar e resolver o nosso problema, não! Um empurra pro outro e nenhum faz nada...é isso entende? Bom eu enxergo assim, enquanto os três poderes não sentar e assumirem, porque federal manda o estadual e estadual manda no município...então...nem eles ainda se entenderam (Entrevista com moradora em 04/04/18).

Indo daqui pra Ilha das Flores...arrancaram os eucaliptos...mas não interessa era centenário dentro das ilhas...aquilo lá passaram assim ó a máquina...nada nada nada então assim ó tem muitas coisas que a comunidade ta com uma pequena dificuldade... (Entrevista com moradora em 10/05/18).

Na página do Consórcio Ponte do Guaíba está disponível a Licença Prévia n° 416 / 2015-DL emitida em 3 de setembro de 2015, sob o processo número 12770-05.67/14-1 concedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) ao empreendedor o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), para a atividade de parcelamento do solo para fins residenciais: loteamentos ou desmembramentos – plurifamiliar, verificou-se na Licença Ambiental alguns pontos relacionados a pesquisa os quais destacaremos a seguir:

- que a referida licença, “não autoriza a implantação das seguintes atividades nas áreas localizadas no interior da área do parque”: acesso a embarcações, áreas para recreação (futebol, vôlei) e estação de tratamento de efluentes;
- Quanto à Preservação e Conservação Ambiental: não poderá haver disposição de efluentes domésticos nas áreas referentes às APPs dos recursos hídricos da gleba; não poderão ser utilizados locais próximos a recursos hídricos, considerando o nível normal do mesmo, para descarte de bota-foras;
- Quanto ao empreendimento: deverão ser removidas as 1465 pessoas que ocupam irregularmente a área de influência indireta e de aproximadamente 15ha que foram cadastradas pelo empreendedor, com vistas à sua relocação para o loteamento em questão; área de remoção da população residente deverá ser recuperada; deverão ser previstas medidas para prevenir futura expansão irregular do assentamento para o interior de áreas do PEDJ, com a construção de barreiras impeditivas, como muro de concreto vazado, placas indicativas, a serem instaladas imediatamente nos limites das áreas propostas para construção, que deverão estar situadas nos limites imediatos da área

proposta a ser ocupada; as barreiras deverão ocupar área dentro dos limites da APAEDJ e sua estrutura não poderá comprometer o tipo de ambiente natural existente nas áreas preservadas, não sendo adequado, por exemplo, escavações de valos no entorno do reassentamento;

- As intervenções propostas só poderão ser executadas dentro da unidade de conservação de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental Estadual Delta do Jacuí), não estando autorizadas intervenções na unidade de conservação de proteção integral – Parque Delta do Jacuí;
- Deverão ser previstos na área de reassentamento ou próximo da mesma, estruturas apropriadas para triagem e armazenamento de resíduos coletados, proveniente da atividade dos moradores;
- A implantação do loteamento deve garantir que a área a ser ocupada não seja inundada;
- Quanto ao abastecimento de água: será pelo DMAE (Consórcio Ponte do Guaíba, 2018)

Analisando a Licença Prévia concedida pela Fepam ao empreendedor nota-se que na área destinada ao reassentamento não será permitida áreas para recreação, como quadras para futebol e vôlei, também está prevista a recuperação da área da remoção. Mais surpreendente ainda, será a construção de muro de concreto vazado para impedir novas ocupações na área atingida pela obra de construção da nova Ponte do Guaíba.

Pontes e muros, conexões e barreiras no território da Ilha Grande dos Marinheiros, pois, ao mesmo tempo que o novo empreendimento interligará, ele também fragmentará os territórios de vivência e uso desses sujeitos. O questionamento que permanece é de como será o acesso das famílias que não serão removidas, as quais moram além do Beco 18. Além de que, não haveria necessidade de remover as famílias residentes na região do Beco 18, simplesmente por se tratar de uma área de influência indireta do empreendimento.

Com a pesquisa foi constatado que, a princípio, não haverá ações destinadas a geração de trabalho e renda com a construção das novas moradias na parte sul da Ilha dos Marinheiros por parte do empreendedor, o DNIT. Infraestrutura adequadas à moradia está previsto no projeto de construção da nova ponte e na licença ambiental:

Licença Prévia n° 416 / 2015-DL emitida em 3 de setembro de 2015 concedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa pesquisa identificamos através dos depoimentos coletados dos moradores e das informações veiculadas nos meios de comunicação pelo empreendedor de que maneira está sendo realizado o processo de reassentamento das famílias atingidas pela construção da segunda Ponte do Guaíba.

Contudo o silêncio do empreendedor, o DNIT, nos faz refletir sobre as causas de não falar a respeito do processo de reassentamento das famílias. Por inúmeras vezes ocorreram tentativas de contato com os responsáveis sem obtermos nenhuma resposta das partes consultadas. Para a pesquisa a versão do empreendedor, seria importante afim de esclarecermos sobre alguns pontos do processo de reassentamento.

Também, destacamos a dificuldade de contato com os moradores da Ilha dos Marinheiros no início da pesquisa. Entrávamos em contato e o morador selecionado se dizia impossibilitado de participar da pesquisa e indicava o nome de outra pessoa. O discurso do não falar se repetiu por algumas vezes, até que gradativamente fomos vencendo as resistências e conseguimos agendar as entrevistas com os moradores.

Nessa pesquisa notamos as mulheres participantes dos espaços de diálogos, protagonistas na luta por moradia, por trabalho, enfim pelos direitos dos cidadãos. A presença das mulheres é observada não somente durante o processo de reassentamento das famílias atingidas, mas sempre presentes de maneira ativa em todos os assuntos referentes a comunidade da Ilha dos Marinheiros.

A população impactada pelo empreendimento está mobilizada em conseguir respostas para questões importantes junto ao DNIT sobre o processo de reassentamento. Quando serão construídas as moradias? Quando serão reassentadas? Como ficará a situação de seu trabalho/renda? A comunidade se articula, reúne forças e solicita auxílio da Defensora Pública do Estado e do Ministério Público Federal, também de ONGs para ter seus direitos garantidos. Entretanto, a longa espera, as incertezas e informações inequívocas que chegam até as famílias sobre o processo de reassentamento, desestabilizam os moradores como grupo. Logo, as famílias atingidas ficam mais vulneráveis a qualquer tomada de decisão por parte do empreendedor.

Aliado a isso, a total falta de integração dos poderes Federal, Estadual e Municipal através do jogo de competências proporcionado pelos três poderes impactam negativamente na população mais pobre na cidade de Porto Alegre/RS.

Ao longo dessa pesquisa pudemos adquirir um novo olhar sobre a Ilha Grande dos Marinheiros, sobre as pessoas que lá vivem, trabalham, estudam, lutam. A emoção com a receptividade dos ilhéus, em especial com as histórias reveladas a pesquisadora. Histórias as quais fizeram com que refletíssemos mais sobre os processos de ocupação urbana na cidade de Porto Alegre/RS. No território da Ilha dos Marinheiros, tanto na parte prevista para a construção do novo empreendimento, quanto em toda a Ilha dos Marinheiros vivem muitas famílias de baixa renda há muitos anos. Logo, de forma alguma poderão continuar sendo tratados como invisíveis ou sem importância para o empreendedor, para o Poder Público ou para a sociedade.

É imprescindível que os Poderes Públicos de fato promovam a integração entre si, a fim de garantir moradia digna e qualidade de vida a toda a população, inclusive a população de baixa renda. Para isso, é fundamental que seja dado um basta ao descaso com a população mais pobre pelos atuais e futuros governantes.

Esperamos com essa pesquisa alcançar as Associações de Moradores da Ilha dos Marinheiros e associações das outras Ilhas do Delta do Jacuí e cidades do Estado servindo de instrumento para populações, impactadas ou não, terem ciência de como está sendo realizado o processo de reassentamento das famílias atingidas pela obra de construção da nova Ponte do Guaíba em Porto Alegre/RS. Também, com a finalidade de auxiliar as Instituições, Entidades, ONGs que tem a função de garantir os direitos à moradia para as populações mais pobres. Nessa perspectiva, através desse trabalho expor o quanto os direitos da população são negligenciados pelo Poder Público, principalmente, quando se trata da construção de grandes empreendimentos.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil; BONDUKI, Raquel. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como Expediente de reprodução da força do trabalho. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 117-154.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões de como fazer trabalho de campo**. Sociedade e Cultura, V10, n. 1, jan/junho 2007, p. 11-27.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição.

Consórcio Ponte do Guaíba. Disponível em: <<http://pontedoguaiba.com.br/site/>>. Acesso em: 01 de setembro de 2017.

D'AVILA SANCHES, Nanashara. **A Desterritorialização da Vila Chocolateiro no Contexto de Fragmentação do Espaço Urbano de Porto Alegre/RS**. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2016.

FALCÃO, Márcia Ivana da Silva. **Por uma Geografia Feminista: as mulheres na conquista do território Guajuviras, Canoas/RS**. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2017.

FARINA, Josimar. **Obras da nova ponte deverão parar por ao menos seis meses por atraso no reassentamento de famílias**. Gauchazh. Porto Alegre, 04 de fev. de 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/02/obras-da-nova-ponte-do-guaiba-deverao-parar-por-ao-menos-seis-meses-por-atraso-no-reassentamento-de-familias-cjd8prabo06rw01php1mjbuqe.html>>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

FLICK, Uwe. **Grupos Focais**. In Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 180-193.

FREITAS, Eduardo Pacheco. **Da era das barcas à era das pontes: os debates em torno da construção da Ponte do Guaíba / Travessia Régis Bittencourt (1955 – 1958)**. 152f. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2017.

GULARTE, Jeniffer. **Pilares da nova ponte do Guaíba chegam ao limite da Ilha dos Marinheiros, mas futuro dos moradores ainda é incerto**. GAÚCHAZH. Porto Alegre: 02 de junho de 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/06/pilares-da-nova-ponte-do-guaiba-chegam-ao-limite-da-ilha-dos-marinheiros-mas-futuro-dos-moradores-ainda-e-incerto>>. Acesso em: 03 de jun. de 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In SANTOS, Milton *et al.* (orgs.) Território, Territórios ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2011, p.59-63.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HEIDRICH, A. L.; SOUZA, A.C.B.de; TEIXEIRA, C.C; RATHMANN, M.G; AGUIAR, R.C. **A**

ocupação irregular como estratégia de conquista da cidade. Enfoque sobre os aspectos territoriais do problema em Porto Alegre. In HEIDRICH, Álvaro Luiz; SOARES, P.R.R.; TARTARUGA, I.G.P.; MAMMARELLA, R. (Orgs.) Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991 - 2010). Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 229-258.

HEIDRICH, A. L.; CASTELLO, I. R.; SOARES, P.R.R. "Metrópole, disputa por espaço, ideias e moradia". In HEIDRICH, Álvaro Luiz; MAMMARELLA, Rosetta (Orgs.). **Habitação e Metrópole: Representações e produção da cidade em disputa.** Editora Imprensa Livre: Porto Alegre, 2014. p.21 - 41.

HEIDRICH, A. L.; HEIDRICH, B. B. **Reflexões sobre o estudo do território.** In: BUITONI, Marísia Margarida Santiago (Coord.) Geografia: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 111-134.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Demográficos: 2000, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 de set. 2017.

ICMBIO – **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Disponível em <www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/.../legilacaoambul/volum1.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2018.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2008.

LISBOA PESSOA, Mariana. **Ocupação Irregular e Regularização Fundiária de Interesse Social em Áreas de Proteção Ambiental: O caso da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre/RS.** 122f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, BR-RS, 2014.

MARCUSE, P. **Enclaves, sim: guetos, não: a segregação e o estado.** In: Espaço e Debates. Tradução: Mario M. Chaves Ferreira. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan/jul. 2004, p. 24 - 33.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial.** São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORAES, A. de O. **Mapa da irregularidade fundiária.** Porto Alegre, Demhab: 2000.

_____. **Duas ou três coisas a respeito da regularização fundiária.** Porto Alegre: Demhab, 2007.

MULLICH, Ecléa Pésigo Morais. **Ocupação urbana contemporânea em áreas de proteção ambiental: o caso da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre/RS.** 123f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, BR-RS, 2011.

PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA).** Lei Complementar nº 646/2010.

QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1988.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, Eduardo. In: MARANDOLA, Eduardo Jr.; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Rai Nunes dos. **Territórios em transição: mudanças territoriais nas comunidades das vilas Tio Zeca e Areia frente à construção da segunda ponte do Guaíba, no município de Porto Alegre, RS**. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2016. 71 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 21-36.

SOARES, P.R.R.; FLORES, A. M. **As novas centralidades comerciais e de serviços na Região Metropolitana de Porto Alegre, RS**. In HEIDRICH, Álvaro Luiz; SOARES, P.R.R.; TARTARUGA, I.G.P.; MAMMARELLA, R. (Orgs.) Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991 - 2010). Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 99-120.

SOUZA, Amanda Cristina Bahi de. **Morar e Viver nas Ilhas do Delta do Jacuí – Arquipélago de Representações Sociais em Porto Alegre-RS**. 142f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, BR-RS, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VASCONCELLOS, Hygino. **‘Não faltarão recursos’, diz ministro em visita ao RS para anunciar verba da segunda ponte do Guaíba.G1 RS**. Porto Alegre, 24 de nov. de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/nao-faltarao-recursos-diz-ministro-em-visita-ao-rs-para-anunciar-verba-da-segunda-ponte-do-guaiba.ghtml>>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

APÊNDICE

Apêndice 1 - Questionário



**PERFIL SOCIOECONÔMICO
DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA
PONTE DO GUÁIBA EM PORTO ALEGRE - RS**

Questionário n.º _____ Local: _____

Nome do (a) responsável pela moradia: _____

Idade: _____

Gênero: () Feminino () Masculino

Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Viúvo(a) () Divorciado(a)

() Outros(as)

Nível de Escolaridade:

() Fundamental Incompleto

() Fundamental Completo

() Médio Incompleto

() Médio Completo

() Superior Incompleto

() Superior Completo

() Outro _____

Ocupação/Renda: O que faz para obter renda?

Quantos salários mínimos: _____ salário(s) mínimo (s)

Tempo de moradia no local:

() 2 anos () 4 anos () 6 anos () 8 anos () 10 anos () Acima de 10 anos.

Quantos? _____

Moradia Anterior:

Cidade: _____ UF _____

País _____

Em caso de imigrantes, sondar motivos da vinda e relações com moradores do local:

ANEXOS

Anexo 1 - Termo de Livre Consentimento

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____,
CPF _____, RG _____

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da Pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora (LUCIANE SOARES RIBEIRO) do Projeto de Pesquisa intitulado "(PERSPECTIVAS DE REASSENTAMENTO E IMPACTOS À POPULAÇÃO ATINGIDA PELA CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE DO GUAÍBA EM PORTO ALEGRE/RS)" a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Porto Alegre, _____ de _____ de 20____.

Pesquisador responsável pelo Projeto